



ENERGIA E ECONOMIA

| | |
|---|----|
| RESERVATÓRIOS TÊM MAIOR NÍVEL EM 10 ANOS (Folha de SP) 08/01/2010 | 3 |
| Percentual de álcool na gasolina deve ser reduzido (Folha de SP) 08/01/2010 | 3 |
| PETROBRAS É 9ª NO MUNDO EM VALOR DE MERCADO (Folha de SP) 08/01/2010 | 3 |
| Bolsa recua 0,39% após oito pregões de valorização (Folha de SP) 08/01/2010 | 3 |
| FAT fecha o ano no vermelho pela 1ª vez (Folha de SP) 08/01/2010 | 4 |
| Tesouro reserva R\$ 200 bilhões contra instabilidade em ano de eleição (O Estado de SP) 08/01/2010 | 5 |
| FAT teve em 2009 o primeiro déficit da história (O Estado de SP) 08/01/2010 | 6 |
| Diretor da Itaipu no Paraguai é acusado (O Estado de SP) 08/01/2010 | 6 |
| Na 'lista suja', Cosan perde crédito do BNDES (O Estado de SP) 08/01/2010 | 7 |
| Inflação do idoso, de 4,09%, superou demais faixas etárias (O Estado de SP) 08/01/2010 | 7 |
| Dividendos valorizados (Valor Econômico) 08/01/2010 | 8 |
| Debêntures da CTEEP (Valor Econômico) 08/01/2010 | 10 |
| Volatilidade retorna aos níveis pré-crise (Valor Econômico) 08/01/2010 | 10 |
| Agências terão agora de avaliar o impacto das suas decisões (Valor Econômico) 08/01/2010 | 11 |
| Partilha de ICMS (Valor Econômico) 08/01/2010 | 13 |
| Hora de pensar o futuro (Valor Econômico) 08/01/2010 | 13 |
| "É necessário reorientar as preocupações e os termos do debate" (Valor Econômico) 08/01/2010 | 16 |
| Inovação e tecnologia ainda não deslançaram (Valor Econômico) 08/01/2010 | 17 |
| Ministério quer medir demanda por energia (Valor Econômico) 08/01/2010 | 18 |
| IRB se adapta para enfrentar concorrência (Valor Econômico) 08/01/2010 | 19 |
| Sócios redesenham venda da Equipav (Valor Econômico) 08/01/2010 | 20 |
| Método compra Potencial e parte em busca de novo sócio (Valor Econômico) 08/01/2010 | 21 |
| Álcool já chega a R\$ 1,999 na bomba (Correio Popular) 08/01/2010 | 22 |
| DANÇA E CIDADANIA (Correio Popular – Caderno C/ Societã) 08/01/2010 | 24 |
| Cemig promove leilão de venda de energia convencional e incentivada (CanalEnergia) 07/01/2010 | 24 |
| Distribuidoras da Rede Energia têm projetos enquadrados no Reidi (CanalEnergia) 07/01/2010 | 24 |
| Ampla Energia começa negociações de debêntures na BM&FBovespa (CanalEnergia) 07/01/2010 | 25 |
| MPX Energia ON fecha com alta de 3,70% (CanalEnergia) 07/01/2010 | 25 |
| Brasil e Peru promovem seminário sobre integração energética (CanalEnergia) 07/01/2010 | 25 |
| PL do Senado pede revisão de critérios para enquadramento de PCHs (CanalEnergia) 07/01/2010 | 26 |
| Antonio Carlos Pannunzio, deputado federal: Em busca da energia limpa e eficiente (CanalEnergia) 07/01/2010 | 26 |
| Ampla registra recorde de demanda de energia (CanalEnergia) 07/01/2010 | 27 |
| Tucuruí opera com 48,47% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 07/01/2010 | 27 |
| Itaipu Binacional adere a certificação que visa à conservação da biodiversidade (CanalEnergia) 07/01/2010 | 28 |
| Coelce PNA opera em queda de 1,18% (CanalEnergia) 07/01/2010 | 28 |
| Distribuidoras devem apresentar declarações de necessidade para leilões de energia até dia 29 (CanalEnergia) 07/01/2010 | 28 |
| Energia Direta oferta 12 MW médios de refinaria (CanalEnergia) 07/01/2010 | 29 |
| Rio de Janeiro será sede de debate sobre energia nuclear (CanalEnergia) 07/01/2010 | 29 |
| Previsão de vazões para bacia de Três Marias entra em consulta pública (CanalEnergia) 07/01/2010 | 29 |

SINDICAL

| | |
|---|----|
| Aposentados e pensionistas terão serviços bancários ampliados no fim do mês (CUT Nacional) 08/01/2010..... | 30 |
| Projeto de Lei pretende garantir estabilidade ao pai durante gravidez de esposa (CUT Nacional) 08/01/2010 | 31 |
| Após prefeito aumentar ônibus em 17%... (CUT Nacional) 08/01/2010 | 31 |
| Terceirização (CUT Nacional) 07/01/2010 | 32 |
| Contraf-CUT (CUT Nacional) 07/01/2010..... | 33 |
| Licença-maternidade ampliada para as bancárias é realidade (CUT Nacional) 07/01/2010..... | 33 |
| Rio Grande do Sul (CUT Nacional) 07/01/2010 | 34 |
| Indicativo de greve (CUT Nacional) 07/01/2010 | 34 |
| País registra o menor número de falências desde 2005, aponta Serasa (CUT Nacional) 07/01/2010..... | 35 |
| Índios e servidores da Funai de Pernambuco vão a Brasília lutar contra extinção do órgão (CUT Nacional) 07/01/2010..... | 35 |
| Comerciários de Osasco e Região realizam 1º Encontro da Juventude Comerciária (CUT Nacional) 07/01/2010 | 35 |
| | 35 |
| Câmara analisa PEC que aumenta estabilidade de trabalhadora gestante (CUT Nacional) 07/01/2010..... | 36 |
| Planos de saúde dos servidores terão contrapartida baseada em salário e idade (CUT Nacional) 07/01/2010..... | 36 |

ENERGIA

RESERVATÓRIOS TÊM MAIOR NÍVEL EM 10 ANOS (Folha de SP) 08/01/2010

O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) informou que em dezembro os reservatórios do Sul e do Sudeste estavam com 72,57% da capacidade, maior nível verificado em dez anos. Em comparação a 2008, os reservatórios estão com volume 30% superior.

ENERGIA

Percentual de álcool na gasolina deve ser reduzido (Folha de SP) 08/01/2010

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo deve anunciar na segunda-feira a redução da quantidade de álcool misturada à gasolina. O objetivo é aumentar a oferta do combustível renovável no mercado e forçar a queda do preço do produto nos postos. Hoje, o álcool anidro (sem água) é misturado à gasolina na proporção de 25%. Esse percentual poderá cair para 20%. O álcool que deixar de ser misturado à gasolina irá para o mercado na forma de álcool hidratado, usado nos automóveis. Com mais oferta, o preço tende a cair. O preço do álcool varia de acordo com os períodos de safra e entressafra. Em 2009, a chuva prejudicou a colheita, o que reduziu a produção. Com menos oferta, o preço subiu. Para este ano, o governo estima mais produção.

VALORIZAÇÃO:

PETROBRAS É 9ª NO MUNDO EM VALOR DE MERCADO (Folha de SP) 08/01/2010

A Petrobras terminou o ano passado com um valor em Bolsa de US\$ 199 bilhões, o nono maior obtido por uma empresa no mundo, ficando à frente do Google, segundo levantamento da Ernst & Young. Em 2008, o valor de mercado da Petrobras era de US\$ 96 bilhões e a estatal ocupava a 37ª posição. A liderança em 2009 foi da também petrolífera PetroChina, com valor de mercado de US\$ 353 bilhões, superando a líder de 2008, a americana ExxonMobil, igualmente do setor de energia.

Bolsa recua 0,39% após oito pregões de valorização (Folha de SP) 08/01/2010

Decisão da China sobre juros pesa; dólar sobe para R\$ 1,745

DA REPORTAGEM LOCAL

Após oito pregões consecutivos de alta, a Bovespa inverteu o rumo ontem, no dia em que o BC da China anunciou uma medida que agitou analistas e investidores. A Bolsa de Valores de São Paulo encerrou com baixa de 0,39%, mantendo-se acima dos 70 mil pontos -encerrou a 70.451 pontos.

Em Wall Street, o que se viu foi o índice Dow Jones, que reúne 30 das ações mais negociadas, fechar em alta de 0,31%. Hoje, o dia promete ser mais agitado, pois será divulgado nos EUA o relatório do mercado de trabalho referente ao mês de dezembro. Analistas contam com a possibilidade de o relatório demonstrar que houve crescimento de vagas no país no último mês de 2009, o que representaria o primeiro dado positivo em cerca de dois anos.

O que o BC da China anunciou ontem foi o aumento da taxa interbancária de seus títulos com prazo de três meses. A decisão, na interpretação do mercado, sinaliza a possibilidade de a taxa básica do país ser elevada em um futuro próximo. Como o aumento dos juros é sempre uma medida restritiva ao crédito e ao crescimento econômico, as commodities acabaram por perder fôlego ontem.

O barril de petróleo recuou 0,63%, para US\$ 82,66 em Nova York. O cobre terminou com depreciação de 1,75%. O movimento foi sentido por papéis de companhias que acompanham a oscilação dos preços das commodities, como Petrobras PN (que caiu 0,93%), Gerdau PN (-2,24%) e CSN ON (-1,05%).

O índice Ibovespa, que agrupa as 62 ações mais negociadas da Bolsa, operou no vermelho durante todo o pregão. Em seu momento mais fraco, a Bolsa ameaçou perder o patamar dos 70 mil pontos -que atingiu no primeiro pregão do ano, após 18 meses abaixo desse nível. Na mínima de ontem, o Ibovespa marcou depreciação de 0,97%, indo a 70.045 pontos.

Quem ajudou a Bovespa no pregão de ontem foram os papéis de empresas dependentes da economia interna, como Cesp PNB, que subiu 3,34%, e Eletrobrás PNB, que registrou valorização de 2,21%. O dólar terminou as operações com ganho de 0,35% ante o real, cotado a R\$ 1,745.

Pessoa física em alta

A recuperação da Bovespa em 2009, quando registrou alta de 82,7%, foi acompanhada pelo investidor pessoa física, que ampliou sua participação no mercado acionário.

Balanço apresentado pela BM&FBovespa mostrou que o número de contas de investidores pessoas físicas subiu de 536.483 em 2008 para 552.364 no ano passado.

No segmento de "home broker" (operações feitas pela internet) também houve considerável aumento. Em 2009, a média mensal de negócios realizados pelo "home broker" atingiu os 4,12 milhões, contra 2,87 milhões de 2008.

(FABRICIO VIEIRA)

FAT fecha o ano no vermelho pela 1ª vez (Folha de SP) 08/01/2010

Gastos com o seguro-desemprego, devido à crise, e abono salarial fizeram com que o fundo tivesse deficit de R\$ 1,8 bi em 2009

Pagamento com o seguro aos desempregados subiu 33%, para R\$ 19,57 bi; gasto com o abono anual cresceu 22% e somou R\$ 7,28 bi

SHEILA D'AMORIM
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os gastos recordes com os pagamentos do seguro-desemprego e do abono salarial em 2009 levaram o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) a registrar o primeiro deficit da sua história. O rombo de R\$ 1,8 bilhão consumiu quase todo o ganho de R\$ 2,4 bilhões que havia sido registrado pelo fundo no ano anterior.

Com os efeitos da crise financeira internacional -que provocou uma onda de demissões a partir do último trimestre de 2008-, a principal despesa do FAT, que é o pagamento do seguro-desemprego, subiu 33%, alcançando expressivos R\$ 19,571 bilhões. Já o gasto com o abono salarial aumentou 22% e atingiu R\$ 7,280 bilhões.

Enquanto isso, a arrecadação total cresceu apenas 5%. Formado basicamente por contribuições das empresas e pela remuneração obtida com aplicações no mercado financeiro, o FAT não conseguiu neutralizar a alta nos seus gastos. Desta vez, nem mesmo as receitas financeiras, que vinham ajudando a equilibrar a contabilidade do fundo nos últimos anos, resolveram o problema.

A deterioração na saúde financeira do FAT preocupa porque o fundo é uma das principais fontes de recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no financiamento do setor produtivo. Além disso, é do FAT que sai o dinheiro para pagar o seguro-desemprego e o abono salarial, despesas que, em última instância, precisariam sair do caixa do Tesouro.

Em 2009, 7,7 milhões de trabalhadores recorreram ao seguro-desemprego. Outros 15,3 milhões de empregados com carteira assinada receberam o abono salarial anual.

Treinamento

A conta só não ficou pior porque o FAT praticamente não cumpriu suas funções com qualificação profissional e intermediação de emprego em 2009. Os gastos nessas áreas despencaram 70% e 66%, respectivamente, ante 2008. "Houve contingenciamento dos recursos e somente no final do ano foram liberados quase R\$ 200 milhões, que foram empenhados e serão gastos neste ano", explicou o ministro Carlos Lupi (Trabalho).

Otimista, o ministro garante que a situação deficitária do FAT será superada em 2010. Ele diz que não há risco de o FAT consumir suas reservas técnicas de cerca de R\$ 15 bilhões com novos resultados deficitários. O governo usa essas reservas para cobrir eventuais resultados negativos do fundo.

"O crescimento proporcional da arrecadação será maior do que o das despesas. Teremos em 2010 mais de 2 milhões de empregos gerados e vamos inverter isso [o deficit]", disse. Mas explicou: "Essa é a minha avaliação, não é a dos técnicos. Não quero comprometê-los".

Alta rotatividade

A concretização da aposta pessoal do ministro não é algo simples. Para reduzir os gastos com o pagamento de seguro-desemprego, o governo precisa principalmente encontrar uma solução para a alta rotatividade de mão de obra no país. Esse fenômeno é o maior responsável pelo crescimento anual nos gastos com o seguro-desemprego. Além disso, há o impacto do aumento real do salário mínimo, que eleva os valores gastos com os benefícios.

No caso do abono salarial, o aumento do mínimo faz ainda com que mais pessoas tenham acesso ao benefício, já que o alvo é o empregado formal que ganha o equivalente a até dois salários mínimos mensais.

Tesouro reserva R\$ 200 bilhões contra instabilidade em ano de eleição (O Estado de SP) 08/01/2010

Reserva para pagamento de títulos públicos - o chamado 'colchão de liquidez' - praticamente dobrou em 2010

Adriana Fernandes, Fabio Graner
BRASÍLIA

Em ano de eleições presidenciais, o Tesouro entrou em 2010 com um seguro extra para enfrentar instabilidades que possam ocorrer no mercado financeiro por causa do período de campanha - ou até mesmo incertezas ainda decorrentes da crise internacional. O chamado "colchão de liquidez" - dinheiro depositado na conta corrente do governo que só pode ser utilizado para pagamento de títulos públicos - praticamente dobrou. Essa reserva hoje é suficiente para pagar os vencimentos de títulos por seis meses.

Tradicionalmente, os recursos do colchão oscilam em torno de três meses de vencimentos de papéis da dívida pública federal. "O colchão nos garante uma situação confortável", afirmou Paulo Valle, subsecretário de Política Fiscal do Tesouro. Valle evitou falar em números, mas um cálculo simples, com base no cronograma de vencimentos, indica que o montante supera os R\$ 200 bilhões.

Apesar do volume recorde no colchão, o discurso do subsecretário é de que o Tesouro não prevê instabilidade no mercado por causa da campanha eleitoral. "A eleição não é mais uma preocupação para o financiamento da dívida." Por motivos estratégicos, o Tesouro não faz comentários sobre a formação e uso do colchão. Em 2002, quando o presidente Lula disputou as eleições com o atual governador de São Paulo, José Serra, a economia brasileira viveu um período de forte turbulência que trouxe grandes dificuldades para a rolagem da dívida. Na época, o governo teve de usar parte do colchão, que era suficiente para garantir pagamentos por três meses.

Com o caixa reforçado, o Tesouro tem bala na agulha para, em momentos de turbulência, se dar ao luxo de não renovar (refinanciar) os papéis que estão vencendo. Com isso, evita pagar taxas de juros mais salgadas que venham a ser pedidas pelos investidores ou emitir papéis com prazo muito curto de vencimento. Por isso, o colchão acaba tendo para o Tesouro função semelhante à das reservas internacionais para o Banco Central no confronto com o endividamento externo - um antídoto contra especulação.

PREFIXADOS

Apesar dos efeitos da crise sobre a economia, o Tesouro fechou 2009 sem perder mercado para os papéis prefixados, títulos considerados de menor risco para financiamento da dívida. A participação de papéis prefixados ficou acima do teto de 31% da banda fixada no Plano Anual de Financiamento (PAF), representando 32% do total da Dívida Pública Federal (DPF). Em 2008, a DPF tinha 29,9% de títulos prefixados na sua composição.

Embora sem avanço significativo no perfil da dívida, Valle considerou o resultado positivo. Segundo Valle, a parcela de títulos a vencer em 12 meses também ficou em 24%, ligeiramente abaixo dos 25% previstos no PAF. Para esse indicador da dívida, quanto menor a parcela a vencer em 12 meses, menor o risco de financiamento.

"Estouramos duas metas para o bem", disse Valle. Ele ponderou, no entanto, que não é intenção descumprir as bandas. "Não queremos passar a percepção de que, se for para melhor, não tem problema estourar a meta. Isso tem um preço." Segundo ele, o PAF é um importante documento da estratégia de financiamento que conseguiu credibilidade entre investidores pelo compromisso do Tesouro de alcançar as metas. Em 2010, completa dez anos.

O subsecretário lembrou ainda que, em 2010, o Tesouro será favorecido pelo menor volume de vencimentos de papéis desde 2002. Quase um terço - cerca de R\$ 100 bilhões - já venceu e foi pago no início do ano. Valle não diz, mas a concentração de vencimentos nesse período pode ter sido deliberada. Com ela, o Tesouro reduziu o volume de títulos com vencimento no período da campanha eleitoral.

BÊ-Á-BÁ DA DÍVIDA

Dívida Pública Federal (DPF): É o endividamento do governo federal em títulos públicos vendidos nos mercados interno e externo. É por meio da venda desses papéis que o Tesouro refinancia a sua dívida, paga o que está vencendo por meio da emissão de um novo título.

Colchão de Liquidez: É o dinheiro que o governo tem depositado na sua conta corrente para pagar os títulos. Funciona como um seguro para o Tesouro nos momentos de turbulência do mercado, quando os investidores pedem taxas de

juros mais altas para comprar os papéis. Nessa situação, o Tesouro resgata os papéis que estão vencendo com o dinheiro do colchão e não faz leilões de venda para refinar a dívida.

Prefixados: São títulos cuja taxa de rentabilidade é fechada na hora do leilão. Por isso, são considerados melhores para o perfil da dívida porque o governo sabe quanto vai pagar no dia do vencimento, ao contrário dos títulos atrelados à variação da taxa Selic. São os papéis preferidos pelos investidores estrangeiros.

Títulos de Índice de Preços: São títulos cuja rentabilidade é em parte definida por uma taxa fixada no leilão, adicionada da variação do índice de inflação.

PAF : É um documento divulgado anualmente pelo Tesouro, que contém a estratégia de financiamento da dívida e as metas a serem atingidas para os principais indicadores, como prazo médio de vencimento dos papéis e participação de cada título no total do endividamento.

FAT teve em 2009 o primeiro déficit da história (O Estado de SP) 08/01/2010

Maior procura por seguro-desemprego e reajuste do salário mínimo levaram a déficit de R\$ 1,8 bi

Fabio Graner

BRASÍLIA

A crise internacional e o aumento do desemprego levaram o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a apresentar em 2009 o primeiro déficit de sua história, de R\$ 1,81 bilhão. No ano passado, as receitas do FAT somaram R\$ 35,02 bilhões, enquanto as despesas ? incluindo investimentos na forma de crédito para o BNDES ? somaram R\$ 36,83 bilhões, com o volume recorde de pagamentos de seguro-desemprego e do abono salarial.

Em 2009, em razão do aumento no salário mínimo e da elevação do desemprego no primeiro semestre por causa da crise, os desembolsos para o seguro-desemprego somaram R\$ 19,57 bilhões. Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, também foi recorde o número de 7,75 milhões de trabalhadores beneficiados. Em 2008, o seguro-desemprego havia tido desembolsos totais de R\$ 14,72 bilhões, beneficiando 7,1 milhões de trabalhadores.

Lupi acredita que, superada a crise, em 2010 o número de trabalhadores que receberão o seguro-desemprego será menor comparado com o de 2009, por causa da estimativa de geração de 2 milhões de empregos formais no período. Mas, em volume financeiro, ressaltou, os desembolsos devem continuar a crescer, em razão do reajuste do salário mínimo e da antecipação do início do pagamento para janeiro.

As despesas com abono salarial somaram, no ano passado, R\$ 7,21 bilhões, também um valor recorde, e com crescimento em relação aos R\$ 5,97 bilhões verificados no ano anterior. O abono, no valor de um salário mínimo, é pago uma vez por ano aos trabalhadores com renda de até dois salários mínimos.

Já os repasses para o BNDES, que servem para o banco conceder parte de seus empréstimos às empresas, tiveram ligeira elevação, passando de R\$ 9,5 bilhões para 9,6 bilhões. No caso do BNDES, não se trata de uma despesa normal, mas sim de um investimento que gera receitas financeiras para o FAT.

Do total arrecadado pelo FAT em 2009, as receitas do PIS-Pasep somaram R\$ 24,37 bilhões, com alta de 4,7% sobre 2008, e as receitas financeiras geradas pelo BNDES totalizaram R\$ 10,65 bilhões, subindo 6,5%. As destinações de recursos (BNDES, seguro-desemprego, abono, entre outras), que somaram R\$ 36,83 bilhões, por sua vez, cresceram quase 20% na comparação com 2008.

Apesar do primeiro déficit da história do FAT, Lupi disse não haver motivo para preocupações com a solvência do Fundo, porque 2009 foi um ano atípico. Segundo ele, o impacto da crise internacional elevou as demissões e, conseqüentemente, os pagamentos de seguro-desemprego.

Ele acredita que em 2010 o déficit deve ser revertido porque, embora os pagamentos de seguro-desemprego devam crescer em volume financeiro, as receitas do FAT devem aumentar muito, com a forte geração de empregos formais prevista pelo ministro em mais de 2 milhões de vagas.

Diretor da Itaipu no Paraguai é acusado (O Estado de SP) 08/01/2010

SUSPEITA DE FRAUDE

O diretor da hidrelétrica de Itaipu no Paraguai, Carlos Mateo Balmelli, foi acusado de fraude de US\$ 125 milhões e do crime de quebra de confiança na entrega da ajuda social concedida pela usina binacional. A acusação foi feita pelo advogado Adelio Aquino, do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Itaipu Binacional, cujo secretário-geral, Francisco Mercado, esclareceu à agência Efe que Aquino o fez "em caráter pessoal, e não sindical". O advogado disse aos jornalistas que apresentou à Justiça provas das supostas irregularidades de Balmelli após a assinatura de 31 convênios, principalmente com municípios, em 2009.

Na 'lista suja', Cosan perde crédito do BNDES (O Estado de SP) 08/01/2010

Empresa foi incluída em cadastro de trabalho escravo

Eduardo Magossi

Incluída no fim do ano no Cadastro de Empregadores Acusados de Trabalho Escravo ? mais conhecida como "lista suja" ?, do Ministério do Trabalho, a Cosan informou ontem que vai adotar todas as medidas necessárias para excluir seu nome da lista. Segundo a companhia, tal processo de inclusão do seu nome no cadastro não era em absoluto de seu conhecimento e considera a inclusão um "ato abusivo e intempestivo". A inclusão da Cosan na lista suja tem como consequência o bloqueio de financiamentos públicos por um período de dois anos.

O BNDES, por exemplo, já informou ontem que suspendeu, em caráter preventivo, as operações com a empresa. Em nota, o banco disse que a celebração de novos contratos fica condicionada à exclusão da companhia do cadastro do Ministério do Trabalho. A respeito dos contratos em fase de desembolso, o banco informou que a retomada das liberações dependerá da avaliação quanto à efetividade e suficiência das medidas trabalhistas e legais a serem implementadas pela empresa com vistas à superação do problema.

Segundo Marcelo Campos, auditor fiscal do trabalho e assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho do ministério, a inclusão da Cosan na lista deveu-se a uma ocorrência registrada em junho de 2007, na usina Junqueira, em Igarapava (SP), adquirida pela Cosan em 2002. "Recebemos um pedido do Ministério Público para verificar a ocorrência de trabalho degradante na região e nos deparamos com os problemas na usina da Cosan", disse.

Na época, foram registrados 13 autos de infração. Entre eles, trabalhadores sem registro formal, menores de 18 anos em trabalho pesado, falta de vasilhas para refeições, instalações sanitárias insuficientes, ausência de local adequado para refeições. Mas as principais infrações, segundo Campos, foram a ausência de água potável no local de trabalho e a existência de uma ligação comercial entre o contratante e o empregado, que impedia que os trabalhadores saíssem do local por estarem sempre em dívida.

"O intermediário contratado pela Cosan tinha uma espécie de armazém em que vendia produtos para os funcionários e desta forma controlava o salário que receberiam", disse Campos. Segundo ele, 42 funcionários foram encontrados na usina na ocasião e, depois de a usina ter sido autuada e a Cosan pagar a multa e tentar realocar os funcionários em outras usinas, todos eles preferiram voltar para sua cidade de origem: Araripina, em Pernambuco.

Segundo a Cosan, a empresa José Luiz Bispo Colheita ? ME prestava serviços de corte de cana-de-açúcar para diversos produtores do interior do Estado de São Paulo que faziam parte da cadeia produtiva da Cosan. Em fiscalização ocorrida em 2007, foram encontradas as irregularidades. A Cosan se viu então envolvida como responsável solidária por tais irregularidades mas, segundo ela, não contou com sua cooperação ou concordância. Segundo fontes do sistema bancário, a Cosan fez um acordo com o Ministério Público quando foi autuada.

Pelo acordo, a empresa se comprometia a acabar com todas as irregularidades em troca da retirada das acusações. Um advogado que atua no setor sucroalcooleiro disse que, partindo do princípio de que a Cosan realmente fez um acordo com o MP, sua inclusão na lista suja pode ser considerada abusiva.

Inflação do idoso, de 4,09%, superou demais faixas etárias (O Estado de SP) 08/01/2010

Tarifas e preços administrados pressionaram renda da 3.^a idade em 2009

Alessandra Saraiva

RIO

As tarifas e preços administrados, como energia elétrica e planos de saúde, foram os itens que mais pressionaram o bolso do idoso no ano passado. É o que mostrou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ao anunciar o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i) de 2009, que subiu 4,09%.

Embora seja menos intenso do que o de 2008, quando avançou 6,35%, e a menor taxa em três anos, a inflação do idoso foi mais forte do que a sentida pela média dos consumidores de todas as faixas etárias, calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR), que mostrou elevação de 3,95% no ano passado.

O IPC-3i abrange famílias com pelo menos 50% dos indivíduos de 60 anos ou mais, e renda mensal entre 1 e 33 salários mínimos. Entre os exemplos de aumentos expressivos de preços administrados no ano passado estão planos e seguro saúde (5,15%); e tarifas de energia elétrica residencial (5,44%). Para o economista da fundação e responsável pelo cálculo do indicador, André Braz, a inflação sentida pelo consumidor idoso em 2010 tende a ser mais intensa do que a apurada em 2009.

Isso porque os preços dos alimentos, que representam um terço do orçamento mensal do idoso e ajudaram a conter o avanço da inflação no ano passado, devem voltar a subir de forma expressiva este ano. Entre os destaques de quedas de preço em 2009 estão tomate (21,37%); feijão carioca (31,76%); e arroz branco (14,84%). "Não vejo espaço para quedas nos preços dos alimentos tão intensas como as registradas em 2009", disse Braz.

A possibilidade de uma inflação mais intensa dos alimentos este ano pode ser contrabalanceada por outro fator: as tarifas e preços administrados devem subir menos ou até mesmo cair em 2010.

Esses preços serão reajustados por indicadores de preços acumulados referentes ao cenário de 2009, ano em que praticamente todos os índices inflacionários devem encerrar com resultados negativos ou pequenas altas.

Porém, o economista admitiu que não é possível saber se esse cenário de inflação menos pressionada por parte das tarifas e preços administrados será suficiente para conter provável avanço de aumento de preços dos alimentos em 2010.

Estudo mostra os papéis que deram mais retorno aos acionistas com a distribuição de lucros nos últimos três anos e que são opção mais conservadora.

Dividendos valorizados (Valor Econômico) 08/01/2010

Por Angelo Pavini, de São Paulo

Diante de um ambiente de juro mais baixo, as ações que pagam bons dividendos se mostram ainda mais vantajosas. É possível, por exemplo, encontrar empresas que projetam distribuir lucros equivalentes a mais de 10% do preço de suas ações, ou seja, um retorno acima dos 8,75%, da atual taxa básica de juros. Estudo feito pela consultoria Econômica para o Valor mostra quais foram as melhores ações em termos de retorno com dividendos dos últimos três anos. O levantamento considerou não apenas o ganho com a distribuição do lucro, mas a liquidez dos papéis na bolsa, já que isso é um fator importante na hora de escolher uma ação para investir.

Foram selecionadas empresas que pagaram de 2007 a 2009 pelo menos o equivalente a 6% do valor da ação por ano, considerando o preço do papel no início do período. Esse retorno, chamado de "dividend yield", permitiu selecionar 29 papéis, dos quais o Valor escolheu os 13 mais líquidos, com mais de R\$ 1 milhão negociados por dia. Entre eles, o melhor retorno médio nos três anos foi do papel preferencial (PN, sem voto) série B da Eletropaulo, com "dividend yield" de 16,71% ao ano.

O que chama a atenção é a quantidade de papéis do setor de energia, afirma Einar Rivero, da Econômica. Da lista de 29 boas pagadoras, 19 são elétricas e, entre as 13 mais líquidas, 8. Einar ampliou o estudo e inclui no retorno a variação do preço da ação - como se o investidor tivesse vendido o papel após três anos. Nesse caso, o ganho final muda bastante.

Se o investidor tivesse reaplicado os dividendos em ações da mesma empresa, teria retornos de até 142,23% em três anos, caso da ação PN da Transmissão Paulista. Já a ação ordinária (ON, com voto) da Telesp acumularia 8,25%, apesar do "dividend yield" médio de 9,40% ao ano. "A Telesp foi o patinho feio das boas pagadoras de dividendos porque o papel não foi bem", observa Einar. A explicação foi que a empresa sofreu, especialmente no ano passado, com

os problemas técnicos com o sistema de banda larga Speedy.

Sem reaplicar o dividendo, o retorno seria menor ainda, como mostra a coluna Retorno 2 da tabela. No caso de Transmissão Paulista, o ganho cai para 71,96% e, na Telesp, vira uma perda de 19,78% - nesse caso, pode-se notar a falta dos dividendos amortecendo a queda do papel.

Depois de uma alta de 82,66% no Índice Bovespa no ano passado, parece razoável o investidor que quer aplicar em ações procurar alternativas mais seguras, com menos emoção como as boas pagadoras de dividendos. Em geral, são companhias já estabilizadas, que não precisam fazer grandes investimentos para crescer e possuem um fluxo de caixa constante.

A vantagem cresce em um ambiente de juro mais baixo. Mesmo que os juros subam para 10% neste ano, como projeta o mercado, o retorno em dividendos de vários papéis, de acordo com as análises feitas pelas corretoras para este ano, ainda será atrativo. Principalmente porque os dividendos não pagam imposto de renda, diferentemente da renda fixa.

O ano começou com a bolsa ainda forte graças à recuperação das empresas de commodities e isso pode afastar um pouco o investidor das ações mais defensivas como as de dividendos, diz Lika Takahashi, chefe de análise da Fator Corretora. "O pessoal quer adrenalina." Mas, para os investidores de coração fraco, o dividendo é uma opção de diversificação. "Não é um ganho garantido, mas é uma expectativa bastante razoável dependendo do histórico da empresa", lembra. E o cenário, muito positivo para as ações de crescimento, também pode mudar, alerta Lika, caso os riscos mais graves, como uma retração econômica nos EUA, se confirmem.

A alta dos preços das ações acaba reduzindo um pouco o retorno em dividendos dos papéis. Mesmo assim, há estimativas bem interessantes, afirma Lika. É o caso de Telesp, cujo preço ficou para trás no ano passado, e que nas contas da Fator projeta um retorno de 10% em dividendos e mais 60% no preço da ação. A Eletropaulo também tem um retorno elevado, de 10%, mas há o risco de a empresa reconhecer uma dívida antiga que está sendo disputada com a Eletrobrás.

Entre as sugestões da Fator estão, além de Telesp PN, Geração Tietê PN, com "dividend yield" estimado em 11% e potencial de valorização de 30%, Coelce PNB, com dividendo de 10,9% e potencial de alta de 18,5%, e Transmissão Paulista PN, com "dividend yield" de 10,5% e potencial de valorização do papel de 21,8%. Eternit tem um dividendo estimado em 7% e Visanet e Redecard, de 6%.

As ações de dividendos tendem a apresentar resultado mais conservador, diz Alexandre Silvério, superintendente de fundos multimercados e de renda variável do Banco Santander. Isso ficou claro nos dois últimos anos. Em 2009, os fundos de dividendos tiveram, em média, retorno de 59,39%, para um Ibovespa de 82,66%. Mas, no ano anterior, eles perderam menos, 31,22%, para -41,22% do índice. "É uma classe de ativos bastante interessante, olhando no longo prazo, pois é mais defensiva", diz.

Ele lembra que a queda dos lucros das empresas em 2009 deve ter impacto nos dividendos a serem distribuídos neste ano. "Na média, a Bovespa como um todo vinha com um 'dividend yield' de 4,5%, mas em 2009 ele caiu para 3%", afirma Silvério. "Mas quando se olha para algumas empresas, vemos para este ano potencial de distribuição de lucros maior, de até 14%", diz.

"As oportunidades em termos de retorno em dividendos são menores este ano, mas ainda há casos interessantes", diz Carlos Firetti, da Bradesco Corretora, citando o setor elétrico, tradicional bom pagador de dividendos, e Redecard e Cielo, cujas ações sofreram no ano passado com as incertezas e a concorrência, e que projetam retorno de 7% a 8%. No setor elétrico, Firetti tem estimativas de retorno em dividendos de 14% para a Eletropaulo, 11% para AES Tietê e 8,8% para CPFL.

O setor de "utilities" (energia e saneamento) brasileiro projeta os maiores retornos do mundo em dividendos, na faixa de 8,8% em média, afirma Cida Souza, estrategista da Itaú Corretora. "Tem alguma coisa em telefonia, mas no caso de Telesp, por exemplo, a empresa vai ter de aumentar os investimentos por causa dos problemas técnicos do ano passado, e a Telemar está no meio de uma reestruturação", observa. Mas, mesmo com a queda, Telesp ainda deve pagar algo perto de 9%, estima Cida. Já em energia, a corretora trabalha com 16,2% de "dividend yield" para Eletropaulo e 11,5% para AES Tietê. "E há também as que combinam o dividendo com o potencial de alta do papel", afirma Cida, citando o caso de AES, cujo preço poderia subir 20%, e Light, com dividendo de 6,7% e potencial de alta de 40%.

Debêntures da CTEEP (Valor Econômico) 08/01/2010

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou a emissão de debêntures não conversíveis em ações da CTEEP, companhia de transmissão de energia elétrica, no valor total de R\$ 548,6 milhões. A operação será composta por duas séries, sendo a primeira de R\$ 491 milhões, com prazo de vencimento em dezembro de 2014 e taxa de 1,3 ponto percentual acima do CDI. Já a segunda série dos papéis será de R\$ 57,6 milhões, com vencimento em 2017 e taxa anual de 8,1%. O banco Itau BBA é o coordenador do processo e os recursos serão usados para reforçar o caixa da companhia.

De Olho na Bolsa:

Volatilidade retorna aos níveis pré-crise (Valor Econômico) 08/01/2010

Daniele Camba

Que os mercados voltaram aos níveis de pontuação de antes da crise financeira internacional que começou em 2008, todo mundo já sabe. A novidade é que a volatilidade também voltou. Ontem, pela primeira vez, o VIX - índice que mede a volatilidade implícita do Standard & Poor's da bolsa americana - atingiu o nível pré-crise. No pregão de ontem, o VIX fechou em 18,91%, menor nível desde 22 de agosto de 2008, antes de a crise se agravar em setembro do mesmo ano com a quebra do banco americano Lehman Brothers. Desde então, esse indicador só subiu. Em outubro de 2008 e depois, em novembro, dois meses bastante complicados durante a crise, ele atingiu seu pico, ultrapassando os 80%.



Essa calma pode ser um mau sinal aos investidores de curto prazo que conseguem pequenos ganhos com o sobe-e-desce diário das ações. No entanto, para aqueles que veem a bolsa como uma aplicação de longo prazo, com base em fundamentos econômicos, essa não poderia ser uma notícia melhor. Uma volatilidade menor também acaba trazendo novos investidores para o mercado. "Quando a bolsa está menos volátil, significa que o seu futuro é mais previsível, o que aumenta a disposição das pessoas por ativos de risco", diz o gestor de renda variável da Infinity Asset Management, George Sanders.

Esse maior apetite por ações deve ser um empurrão a mais no atual processo de valorização da bolsa. Mesmo tendo caído 0,39% no pregão de ontem, o Índice Bovespa continua firme acima dos 70 mil pontos. Apesar de o VIX refletir a volatilidade do mercado americano, ele é uma sinalização importante do que deve ocorrer nas demais bolsas, até porque existe uma grande correlação entre elas.

Essa volatilidade menor, aliada à alta do mercado, também explica a continuidade no movimento de entrada de recursos estrangeiros. Nos dois primeiros pregões do ano (dias 4 e 5), o saldo líquido (diferença entre compra e vendas) de estrangeiros na Bovespa é positivo em R\$ 690,3 milhões.

A volta das commodities



Depois de ficarem praticamente esquecidas durante quase todo o ano passado, as ações de commodities voltaram a ser procuradas. Esse movimento está ocorrendo especialmente nos papéis da Vale. Para se ter ideia, neste ano, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) série A da mineradora sobem 7,35%, as PN da Petrobras se valorizam 1,25%. As duas companhias apresentam fundamentos bem diferentes, lembra o superintendente de renda variável da SulAmérica Investimentos, Alexandre Vianna. No caso da Vale, o preço do minério de ferro já subiu entre 25% e 30% no mercado à vista, influenciando as projeções dos analistas, que esperam um aumento entre 15% e 40% no preço do minério da Vale. Já a Petrobras sofre com as incertezas sobre sua capitalização. Não é à toa que as ações da mineradora estão entre as principais recomendações de vários bancos e corretoras para este ano.

A novela chamada Laep

Os Brazilian Depositary Receipts (BDRs, recibos de ações negociados na Bovespa) da Laep Investments, controladora da Parmalat, voltaram a disparar ontem na bolsa, subindo 31,61%, a terceira maior alta do pregão. Durante o dia, os papéis chegaram a bater R\$ 2,15, com alta de 38,7%. Como em dias anteriores, especulações sobre a possível venda da Parmalat sustentaram os ganhos. No mercado, o nome da JBS, maior empresa de proteína animal do mundo, surgiu como possível interessada na Parmalat, segundo apurou a editora-assistente Alda do Amaral Rocha. Mas ela não seria a única, de acordo com fonte do setor de lácteos. A Laep já admitiu que negocia a venda de ativos da Parmalat numa tentativa de solucionar suas dificuldades financeiras, mas diz desconhecer qualquer fato que justifique as altas atuais.

Daniele Camba é repórter de Investimentos

E-mail: daniele.camba@valor.com.br

Regulação: Estudos de Análise de Impacto Regulatório começarão a ser exigidos pelo governo este ano

Agências terão agora de avaliar o impacto das suas decisões (Valor Econômico) 08/01/2010

Danilo Fariello, de Brasília

Lucia Helena Salgado: portaria da Advocacia Geral da União promoveu "ataque direto à autonomia das agências" Este será um ano de novos desafios para as agências reguladoras porque elas começarão a colocar em vigor os estudos de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que já são adotados mundo afora onde existe o modelo de agências. Por essas análises, as instituições terão uma avaliação dos impactos de suas normas, ponderando o bem-estar de consumidores e empresas, e também o custo-benefício das decisões tomadas. A maior delas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é a primeira a considerar a AIR. Em 2009, a agência foi um dos principais alvos de críticas, ao criar uma norma que impedia o livre acesso a remédios nas farmácias do país e outra que impediu que as drogarias prestassem serviços bancários.

Com as medidas, a Anvisa acabou atingindo não apenas a saúde da população, mas também o sistema empresarial das farmacêuticas e dos próprios estabelecimentos onde os medicamentos são vendidos e os serviços bancários prestados. A norma levantou críticas de associações de farmácias e bancos. Na Justiça, drogarias conseguiram liminares para manter o acesso das pessoas aos remédios.

A ideia da AIR é exatamente analisar as medidas regulatórias considerando aspectos alheios à decisão da agência, como elementos econômicos e de bem-estar social. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) está em negociação para fazer um acordo estratégico com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para desenvolver uma AIR.

O governo discute a possibilidade de criar um órgão para executar as análises do impacto da atuação de cada agência e dar mais abrangência aos estudos - o Organismo de Supervisão Regulatória (OSR). Com isso, porém, foi reaceso o temor de que o Executivo tenha mais controle sobre a atuação das dez agências reguladoras e de outras autarquias, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que poderiam ter suas normas avaliadas pelo OSR.

As novidades chegam no âmbito do que se convencionou chamar de "boas práticas de governança regulatória". A ideia do OSR, em nome provisório, tem sido discutida entre Casa Civil e agências. Embora não haja expectativa de aprovação de uma lei que altere de forma tão grande a situação das agências ainda neste ano eleitoral - haja vista que uma reforma das agências tramita há quatro anos -, o debate deve se aquecer até dezembro e estimular que as agências façam por si a AIR, sem o organismo de supervisão.

A iniciativa do governo é cópia do que já existe em diversos países que adotam agências e segue recomendação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Enquanto o OSR não é criado, as agências reguladoras deverão adotar a metodologia sugerida pela OCDE para fazer elas mesmas a AIR. Por essas regras, quem propuser a mudança terá de responder a uma série de perguntas como, por exemplo, se a norma é justificada, se tem base legal ou conflito com outra regra existente, se os benefícios da regulação justificam seus custos e se todas as partes interessadas comentaram. A Anvisa já tem um modelo de relatório para isso, que inclui perguntas mais diretas como: se norma similar já foi adotada em outro país ou se já existe outro regulamento sobre o tema em questão.

A AIR tende a ratificar as decisões das agências sobre seus nichos de atuação - já que vai considerar diversos aspectos antes de as normas serem publicadas. Hoje, as agências já colocam em consulta e audiência pública as suas decisões mais polêmicas, para ouvir os interessados e afetados pelas normas. No entanto, essa atitude demanda uma ação de diversos setores da sociedade civil, empresarial e governo, que muitas vezes deixam escapar a oportunidade. A AIR tem um perfil mais ativo para o regulador, exigindo que ele pesquise possíveis impactos.

Ainda que a norma tenda a ser positiva para a sociedade, há um clima de temor nas agências quanto aos níveis de controle do Executivo. Nos últimos anos, as agências foram ameaçadas com perda de autonomia pelo projeto de Lei nº 3.337 - que, em seu último substitutivo preserva-lhes o caráter atual. O relatório final do projeto de lei já foi concluído e não deve mais sofrer alterações, aguardando apenas sua votação em plenário da Câmara. Agora, ele deverá reforçar a independência e transparência das agências, além de homogenizar cargos e salários entre as diferentes instituições. A votação está nas prioridades da Câmara e deve ocorrer em 2010.

A data, porém, ficou mais incerta porque o deputado Ricardo Barros (PP-PR), que era o relator do projeto, se licenciou para concorrer ao Senado. Segundo ele, a única disputa em questão ainda era a perda do direito de outorga das agências para os ministérios. Na prática, isso já ocorreu, permanecendo apenas a Anatel (telecomunicações) com o direito. Para Wanderlino Teixeira de Carvalho, presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação (Abar), desde que as agências definam os contratos com as empresas, a outorga vira um tema menor. "É uma questão de poder."

Em 2009, as instituições também passaram a sofrer ameaças de ingerência dos procuradores da Advocacia Geral da União (AGU). Por meio de uma portaria, a AGU tomou das agências o poder de sustentar decisões perante os tribunais. A norma abalou principalmente o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). "Foi um ataque direto à autonomia das agências", diz Lucia Helena Salgado, organizadora das Jornadas de Regulação do Ipea.

A Casa Civil debate, ainda, um estudo sobre o desenvolvimento e implementação de um sistema de seleção de diretores e do pessoal de gerência superior. No fim de 2009, ficou claro que ainda existem fortes pressões para a indicação de diretores por partidos políticos. Em troca de apoio ao governo, o PMDB indicou uma série de nomes às agências. Todos os indicados são sabatinados pelo Senado antes de assumir. A ideia do debate também é sistematizar as indicações, já

que muitas agências podem ficar sem o time completo de diretores por muito tempo por falta de um candidato já definido.

A última pressão sobre a ação das agências em 2009 foi a disputa sobre a responsabilidade por falhas no cálculo de tarifas de energia elétrica desde 2004. Ministério de Minas e Energia e Aneel entraram em um jogo de empurra depois de verificada a distorção, até que a Aneel decidiu rever os contratos com as distribuidoras.

Partilha de ICMS (Valor Econômico) 08/01/2010

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o município produtor de energia tem direito à arrecadação tributária mesmo não sendo responsável pela venda. Os ministros reconheceram que o município de Ubarana, no interior paulista, tem direito a partilhar, proporcionalmente, a arrecadação do ICMS decorrente da produção da Usina Hidrelétrica de Promissão. Apesar de os geradores estarem no território de Ubarana, a administração da usina e a venda da energia é feita pelo município de Promissão. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) havia considerado que o fato gerador do imposto seria a saída da energia, o que daria o direito ao município de Promissão a todo o montante do ICMS arrecadado. O município de Ubarana, no entanto, argumenta que tem direito aos 25% da arrecadação pelo estado, valor conforme previsto na Constituição. A lei leva em consideração para a partilha o Valor Adicionado Fiscal (VAF), indicador utilizado para calcular o repasse de receitas ao município. O ministro Castro Meira destacou que a matéria é nova na jurisprudência da corte e firmou a tendência do STJ em estabelecer o direito de repasse de ICMS, calculado com base no VAF, ao município onde está o gerador da usina.

Capa: O momento é dos melhores para a economia brasileira - boa oportunidade para se começar a refinar o debate sobre o que pode ser feito para ter um país ainda melhor no longo prazo.

Hora de pensar o futuro (Valor Econômico) 08/01/2010

Por Edson Pinto de Almeida, para o Valor, de São Paulo

A forma como o Brasil superou a crise financeira, emergindo em grande estilo e por isso ganhando reconhecimento internacional, deixou no ar uma certeza e algumas perguntas. A certeza é de que o país está mais forte do que muitos imaginavam, até, quem sabe, para resistir a uma eventual recidiva da crise internacional no curto prazo. Mas o que dizer do futuro, aquele que, bem ou mal, vai sendo construído, em linha com as oscilações econômicas de curto prazo - aí incluídas as crises, que roubam eventuais conquistas de crescimento - e com maior ou menor intencionalidade de governos e sociedade? O Brasil já pode falar num futuro que lhe pertence, por vontade e formulação próprias, suposição que parece fluir de interpretações mais entusiasmadas dos resultados de políticas aplicadas até agora? Ou o país do longo prazo, aquele que talvez possa ser o do desenvolvimento estabelecido, muito mais que crescimento, ainda é uma folha de papel em branco, à espera de ideias e autores? Faz falta um projeto nacional, um "plano", ou bastará o exercício da democracia, por suas vertentes econômicas, políticas e sociais, para possibilitar consensos e conferir previsibilidade aos destinos do país?

As respostas, seja entre empresários, seja nos meios acadêmicos, misturam perspectivas diversas, mas sempre acompanhadas da constatação de que o fundamental está feito: a estabilização econômica e a opção pela democracia são hoje conquistas fortificadas, e representam avanços importantes na sinalização de possíveis caminhos para o futuro.

Ana Paula Paiva/Valor

Teixeira da Costa: "As entidades empresariais não se falam, pregam apenas para os convertidos e todos só querem o poder. Falta provocar o debate com a sociedade e os partidos políticos"

"O grande desafio está em pensar uma nova estratégia de desenvolvimento", afirma Cláudio Salvadori Dedecca, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). "Os mais de 20 anos de estagnação corroeram nossa capacidade de pensar o futuro, construiu-se uma reflexão constrangida pelos problemas da crise prolongada. É necessário reorientar o campo de preocupações e os termos do debate econômico e social, reposicionar as preocupações para a construção de uma estratégia de desenvolvimento que potencialize as vantagens atuais e identifique claramente seus obstáculos. Dois deles são evidentes e siameses, as reformas tributária e política." (Ver entrevista na pág. 10)

Como diz Roberto Teixeira da Costa, consultor e membro do conselho de administração da SulAmerica Seguros, "o futuro chegou e precisamos saber o que fazer com ele". Em sua opinião, porém, o grau de percepção no setor empresarial dessa necessária agenda de mudanças é baixo, uma vez que o debate é muito setorizado e ainda

predomina uma visão paroquial em relação à necessidade de inserção global do país. "As entidades empresariais não se falam, pregam apenas para os convertidos e todos só querem o poder. Falta provocar o debate com a sociedade e os partidos políticos."

Getulio Bittencourt

Roberto Setúbal destaca o benefício de terem ficado para trás desafios, problemas e propostas que acabavam criando expectativa e insegurança maiores

A ideia de que se possa planejar algo no longo prazo tem a ver com a consolidação do regime democrático, a partir da Constituição de 1988, e com a estabilidade macroeconômica que teve início no Plano Real, em 1994. "No passado, o Brasil tinha desafios tão grandes, problemas tão profundos e as soluções propostas eram tão divergentes que criavam uma expectativa e insegurança maiores", diz Roberto Setúbal, presidente do Itaú Unibanco. Para ele, o Brasil pode cumprir todas as melhores projeções de crescimento se mantiver a política econômica equilibrada, contrastando, assim, com outras economias, como França, Itália e Inglaterra, que terão momentos de baixo crescimento nos próximos anos.

Louis Bazire, presidente da operação brasileira do BNP Paribas, também se coloca entre os otimistas e acredita que a dinâmica de longo prazo alcançada pelo Brasil já pode ser comparada à dos países mais maduros. Estudo da área técnica do banco mostra que o Brasil tem a melhor relação de potencial de crescimento e riscos de desestabilização, se comparado a China, Rússia e Índia. As condições sustentáveis de crescimento no médio prazo com baixo risco de desestabilização da economia estariam no patamar de 4% a 5% ao ano. A partir daí, e aumentados os investimentos, especialmente em infraestrutura, o crescimento poderia passar a 7%, até 8% ao ano.

O professor Francisco Carlos Teixeira, titular de história contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acredita que o Brasil reúne condições para ser a quinta economia do mundo, graças ao grande potencial industrial, agrícola e de jazidas minerais. "O país vai conseguir fazer a passagem de sustentabilidade com energias limpas, mas não vai alcançar, até 2025, uma condição de bem-estar mais justo. Existirão bolsões de diferenças e desigualdades, mas não de miséria."

O Brasil precisa, porém, dar um salto de qualidade na educação. "Estaremos no Segundo Mundo próspero", imagina Teixeira, "mas não no Primeiro de ponta, por falta de tecnologia, inovação e qualidade de gerência, todos elementos que têm a ver com educação." Teixeira reproduz conclusões de estudo que coordenou, realizado pela Fundação Dom Cabral com base em análise feita por dirigentes de nove empresas (Siemens, Telefonica, Algar, TAM, Natura, Brascan, IBM, International Paper, Umicore).

O estudo aponta Estados Unidos, União Europeia e China como centros criadores de redes globais e vias preferenciais dos fluxos de riqueza no mundo, sustentados largamente nas tecnologias digitais. A China deverá atuar como modelo alternativo à Europa, aos Estados Unidos e aos países em rápido crescimento. A concorrência chinesa deve afetar diretamente a presença do Brasil nos mercados mundiais. Por isso, o país deveria aprofundar os acordos bilaterais e, ao mesmo tempo, incentivar a ampliação do Mercosul e o uso da Tarifa Externa Comum (TEC) como um escudo anti-China. Com a pressão protecionista viria "um período de oportunidades para aprofundar mecanismos institucionais no interior do bloco, incluindo um sistema monetário próprio". (Ver quadros na pág. 8)

"Falta um projeto para o país, no sentido mais amplo", diz Laércio Cosentino, presidente da Totvs, uma das maiores empresas da área de sistemas de gestão. Em sua opinião, "não é com eleições a cada quatro anos que vamos mudar o país". Um exemplo de projeto nacional, a seu ver, é o da China, que exige a participação de 51% de capital local nas empresas abertas por lá. "Precisamos fortalecer o nosso mercado e o setor de tecnologia, para gerar empregos de alto valor agregado e oferecer, assim, melhor remuneração ao trabalho." A estabilidade de que o país precisa para crescer de modo sustentado também poderia ser assegurada pela confluência desses fatores.

Cosentino defende a ampliação da participação no debate sobre o futuro do país. Um fato que chamou sua atenção ocorreu durante palestra para jovens empreendedores, em Minas Gerais. Cosentino perguntou aos 900 presentes se havia alguém se preparando para atuar na política. Apenas um levantou a mão.

Esse alheamento, a seu ver, deve-se ao fato de que a iniciativa privada se descolou da área pública. "Criamos um descompasso entre o Brasil empreendedor e o setor governamental." Cosentino entende que, depois da abertura de mercado e da consolidação da democracia, "a sociedade deixou a gestão pública para trás".

"O Brasil é mais dinâmico que seus governantes", diz Glauco Arbix, professor da USP, onde coordena o Observatório de Inovação do Instituto de Estudos Avançados. Para ele, a classe política vive no tempo dos coronéis, da corrupção, e não está preparada para responder aos desafios que o país deve enfrentar.

A consolidação da democracia é sempre apontada como um dos principais fatores que levaram o Brasil a uma condição de previsibilidade, fundamental para se estabelecerem objetivos de longo prazo. Contudo, o processo, que começou com a promulgação da Constituição de 1988, ainda está incompleto e pode afetar o ritmo do crescimento e atrasar as mudanças necessárias para modernizar o país, avalia Oscar Vilhena Vieira, professor de direito constitucional da escola de direito de Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. "Temos um sistema democrático estável, comparável ao de países desenvolvidos, como Estados Unidos e Alemanha, mas o estado de direito não evoluiu na mesma velocidade", afirma. A consequência mais danosa é que a sociedade não toma a lei como razão de conduta. "O Estado não aplica a lei com a devida imparcialidade e eficiência. Isso gera desconfiança, insegurança jurídica e erosão social."

Os intermináveis debates sobre a reforma do regime tributário têm jogado para o futuro a resolução de questões que, mantidas intocadas, agravam as desigualdades. O pobre paga mais do que o rico por causa da tributação indireta. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os 10% de menor renda da população brasileira destinam 32,8% de seus ganhos para o pagamento de impostos, enquanto os 10% da faixa superior desembolsam 22,7%. "O Estado tributa mal. Tira de quem tem menos e não devolve na mesma medida. Nossa Constituição é bipolar, pois é ao mesmo tempo distributivista e regressiva. Aparentemente, é generosa e distribui, mas na prática não é", afirma Vilhena. São questões, as tributárias, que precisam ser reequacionadas no mesmo passo em que se deveria cuidar da reforma política.

O professor da FGV entende que o arranjo federativo brasileiro produz um impacto negativo sobre a governança mais eficiente. A composição do Senado é um exemplo. Cada Estado tem três senadores, independentemente do número de habitantes. "Com isso, os estados menores predominam e reforçam o poder das elites, que cobram caro para não bloquear o governo. Essa situação pode levar ao descontrole fiscal", afirma. O desenho constitucional, a seu ver, supervaloriza os pequenos estados, pois não faz justiça ao critério populacional.

Apesar dos avanços, a Constituição de 1988 reforçou, segundo Vilhena, a relação clientelista com o Poder Executivo. A capacidade arrecadatória dos estados e municípios não é compatível com as atribuições estabelecidas pela Constituição. Há uma dependência dos repasses do governo federal nas áreas de saúde, educação e segurança pública. "Os estados têm poder político no Senado, mas são pobres, não têm capacidade financeira e vão pedir ao Executivo. O poder de voto no Senado é usado como barganha para negociar", diz.

São sinais de atraso político, que se refletem sobre a qualidade do debate a respeito do futuro do país e inibem a formulação de políticas públicas renovadoras das possibilidades de desenvolvimento em sentido amplo.

De todo modo, além da consistência dos fundamentos macroeconômicos e da preservação do valor da moeda, houve, sobretudo nos últimos seis anos, expressiva melhora na distribuição de renda, como apontam vários indicadores. Em 15 anos, o trabalho infantil no país caiu 50%, a classe média saltou de um terço para 50% do total da renda brasileira e 32 milhões de pessoas ascenderam socialmente. São números que, um dia, não passavam de projeções espelhadas num horizonte distante, o longo prazo da época.

Olhando agora para a frente, Louis Bazire, do BNP Paribas, acredita que o Brasil leva vantagem em vários aspectos sobre outros emergentes. "Enquanto a China possui 20% da população mundial e 6% da terra agricultável, no Brasil as proporções se invertem, praticamente com os mesmos números."

A produção de alimentos não é a única vocação que Bazire enxerga para o Brasil. Ele acredita que, pela força e dinamismo da economia, o Brasil deve se firmar como centro financeiro da América do Sul, atraindo empresas de outros países da região para engrossarem o mercado de capitais capitaneado pela Bolsa de São Paulo.

Na visão de Oriovisto Guimarães, presidente do grupo Positivo, um dos maiores fabricantes de computadores do país, com interesses também na área educacional, o curto período de estabilidade vivido pelo país ainda não é suficiente para garantir crescimento sustentado no futuro. Para que o Brasil atinja a condição de potência econômica nos próximos 20 anos, ele defende a execução de um programa de governo, sobre o qual parece haver consenso entre seus pares, centrado na modernização do marco regulatório da infraestrutura - em especial, energia, portos, aeroportos e transportes - para atrair capitais privados, a recuperação da capacidade de investimento do governo e mais recursos para educação e tecnologia.

Glauco Arbix, ex-presidente do Ipea, lembra que é fundamental remover o obstáculo da desigualdade social. "Com a industrialização acelerada, que elevou o Brasil da condição de cafeeiro dos anos 1930 para oitava economia do mundo nos anos 1980, nos tornamos um dos países mais injustos e desiguais." O processo de inclusão, a seu ver, deve ser sustentado por mecanismos de inovação que abram espaço para o empreendedorismo. "Não adianta trazer para o mercado milhões de pessoas se não conseguirmos aproveitar a capacidade delas de trabalhar ou abrir seu próprio negócio. Se não completarmos esse ciclo, seremos responsáveis por um dos maiores desperdícios da história, pois correremos o risco de fazer a inclusão e depois excluir essas pessoas depois de dois ou três anos."

Para o economista Marcelo Neri, e chefe do Centro de Pesquisas Sociais da FGV-RJ, o Brasil trouxe os pobres ao mercado, nesses últimos anos, o que ajudou as empresas a saírem da crise. "Agora precisamos dar o mercado aos pobres, oferecendo educação de qualidade e outros mecanismos, como microcrédito e microsseguro."

Isoladamente, é provável que a ausência de uma educação primária pública de massa e de alta qualidade seja a principal restrição que o Brasil enfrenta hoje para sair da condição de "emergente" e ocupar lugares de relevância conclusiva entre as maiores economias, observa Renato Perim Colistete, professor da FEA/USP. "Não que tal restrição impeça o crescimento econômico, pois o Brasil se constitui num exemplo clássico de que crescimento econômico acelerado convive, e bem, com alta desigualdade. Mas para falar em crescimento sustentado, com melhor distribuição de renda e socialmente mais justo, a educação primária teria de ser elevada à condição de prioridade nacional nas próximas décadas."

"As políticas públicas voltadas à educação básica", lembra Colistete, "sempre foram extremamente limitadas, atingindo uma parcela marginal da população, apesar da consciência que se tinha, desde o século XIX, que isso representava um dos principais fatores de atraso do Brasil em relação aos Estados Unidos e Europa. Com o poder político concentrado nas mãos de poucos, a demanda por educação básica de massa nunca passou de uma bandeira de idealistas, se muito."

Hoje, segundo Colistete, a educação primária pública atinge formalmente a maioria das crianças, "mas continua tão segregadora como antes, dada a baixíssima qualidade do ensino oferecido nas escolas, resultado da baixa prioridade e do pouco caso com que continuam sendo tratados os alunos, os professores e a escola pública primária em geral".

Com a colaboração de Cyro Andrade

"É necessário reorientar as preocupações e os termos do debate" (Valor Econômico) 08/01/2010

Cyro Andrade, de São Paulo

Cláudio Dedecca: "Construímos uma reflexão constrangida pelos problemas da crise prolongada. O Brasil tem um "potencial enorme de desenvolvimento" a ser utilizado na próxima década, avalia Cláudio Salvadori Dedecca, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, que assim justifica seu otimismo: "Deslocamos uma das restrições históricas ao crescimento, a dependência energética. Na metade da década de 1980, 2 de cada 3 dólares de divisas eram destinados à importação de petróleo. Hoje, o país tem autonomia nesta e em outras fontes de energia, em especial nas consideradas limpas. Também possui importante capacidade de produção agrícola, em um momento que o mundo discute o crescente risco da segurança alimentar. Temos um parque produtivo industrial e um mercado interno extremamente importantes. Reduzimos a dependência externa em termos de financiamento, temos um padrão de inflação baixíssimo para a história econômica do país e uma situação de controle e gestão das contas públicas inéditas, além de políticas industriais e sociais robustas. São condições que o país jamais conheceu. Cabe a nós brasileiros aproveitar esta oportunidade para produzir um desenvolvimento menos desigual e equilibrado do ponto de vista ambiental."

O grande desafio, afirma Dedecca, está em pensar uma nova estratégia de desenvolvimento. "Os mais de 20 anos de estagnação corroeram nossa capacidade de pensar o futuro, construímos uma reflexão constrangida pelos problemas da crise prolongada. É necessário reorientar o campo de preocupações e os termos do debate econômico e social, reposicionar as preocupações para a construção de uma estratégia de desenvolvimento que potencialize as vantagens atuais e identifique claramente seus obstáculos. Dois deles são evidentes e siameses, as reformas tributária e política.

A seguir, outros trechos da entrevista que Dedecca concedeu ao Valor.

Valor: Por que o Brasil não pôde construir melhores indicadores econômicos e sociais há mais tempo?

Cláudio Salvadori Dedecca: Além dos fatores políticos, como os governos militares e a preservação de oligarquias que garantiram um padrão de posse da terra perverso, o Brasil conviveu nas últimas décadas com restrições econômicas internas e externas importantes. Entre 1930 e 1980, o país cresceu aceleradamente, reproduzindo desequilíbrios sociais intensos. Na democratização, pensava-se que um novo marco legal, que reorganizasse o Estado em direção à democracia, bastava para corrigir o padrão de crescimento anterior. Mesmo considerando acertada essa perspectiva, não foi possível colocá-la em prática, pois as restrições externas e os desequilíbrios internos econômicos eram enormes. Além disso, os desafios para a construção de um Estado democrático eram e continuam sendo ponderáveis. Mesmo

assim, o Brasil é, provavelmente, o único país em desenvolvimento que tem um conjunto robusto de políticas industrial, social e de ciência e tecnologia, fundado em instituições consolidadas. Em outros países, a política conservadora destruiu o Estado e as políticas públicas. No Brasil, esse processo ocorreu, mas não com a mesma intensidade. As novas condições econômicas e essas instituições explicam a capacidade do país para enfrentar a crise atual.

Valor: A produtividade é considerada um fator de primeira ordem para se ter um crescimento sustentável. Como se podem comparar desempenhos, sob esse aspecto, entre o Brasil e outros países?

Dedecca: Em um contexto de estagnação, ganhos produtivos são sinônimo de racionalização econômica, fundam-se basicamente em reduções de custos. Elevar a produtividade de modo consistente, em termos tecnológicos e humanos, requer crescimento e desenvolvimento, pois depende de um círculo virtuoso de produção, renda e consumo. A América Latina não conhece isso faz muito tempo. E, dentre os países da região, o Brasil é aquele com maior possibilidade de restabelecer uma trajetória virtuosa. Nos últimos anos, tivemos sinais claros desse potencial. Pela primeira vez, o país conheceu a possibilidade de crescimento com desenvolvimento produtivo e social, com distribuição de renda, recomposição do tecido produtivo, início de recuperação da infraestrutura e melhoria dos indicadores sociais.

Valor: Quais têm sido as influências (favoráveis ou desfavoráveis) da globalização intensificada sobre as capacidades nacionais de criar instituições que podem pavimentar o caminho para o crescimento em países menos desenvolvidos?

Dedecca: A integração dos mercados pode ser um movimento positivo, pois abre a possibilidade de reduzir as desigualdades entre países e regiões. Mas também pode resultar no contrário, caso inexistam políticas públicas multilaterais que promovam uma integração equilibrada. Nestes últimos quase 40 anos, o processo assumiu características perversas, sendo a financeirização a mais explícita. A história do capitalismo mostra que, quando os mercados financeiros conduzem a dinâmica econômica, o resultado final é trágico. O debate recente sobre segurança alimentar e mudanças climáticas também mostra os problemas dessa integração torpe. A crise abriu a possibilidade de o mundo pensar uma outra forma de integração, mais justa socialmente. Espero que as nações sejam capazes de concretizá-la. No caso da América Latina, o Brasil tem jogado um papel importante no sentido de os países atuarem articuladamente e iniciarem a adoção de políticas estratégicas em um mundo baseado em economias mais abertas. Mesmo que de modo difícil, os países sul-americanos têm avançado em uma política energética integrada, que será fundamental para o desenvolvimento nas próximas décadas.

Valor: É correto dizer que a crise recente tornou claro que governos devem ser mais intervencionistas para garantir crescimento econômico sustentável?

Não existe processo econômico e social que não tenha aspectos positivos e negativos. E a intervenção do Estado na economia carrega esse dilema. Entretanto, é preciso deixar claro que o desenvolvimento capitalista construiu uma estrutura institucional tão complexa que torna impossível que o mercado seja o locus privilegiado de regulação econômica e social. As instituições são extramercados e de natureza política. Sendo assim, é inevitável que o Estado tenha papel relevante na regulação da economia. Todos os grandes pensadores, independentemente da matriz ideológica, apontaram essa particularidade da sociedade capitalista. Ocorre que o desenvolvimento capitalista exige transformações recorrentes do papel regulador do Estado. Nos últimos quase 40 anos, o pensamento conservador vendeu e fez vingar a ideia que o capitalismo poderia se desenvolver sem a regulação estatal, que os mercados seriam eficientes, que mercados e Estado não poderiam ter funções convergentes. A crise atual é produto desse desvario, que trouxe a necessidade de uma regulação emergencial do Estado, com um custo econômico e social estratosférico. A experiência brasileira recente mostra que é possível construir uma regulação estatal que gere eficiência, crescimento e desenvolvimento.

Inovação e tecnologia ainda não deslançaram (Valor Econômico) 08/01/2010

De São Paulo

Laércio Cosentino sente falta de um projeto nacional, do tipo que a China adotou: "Não é com eleição a cada quatro anos que vamos mudar o país"

Além de aumentar sua capacidade de poupança e de investimento, o Brasil também precisa melhorar a produtividade e investir mais em inovação, segundo o professor Glaucio Arbix, coordenador do Observatório de Inovação do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Arbix defende um modelo de internacionalização das empresas brasileiras, com expansão em áreas intensivas de tecnologia, como forma de elevar a competitividade da economia. A China, segundo ele, destinou em 2009 US\$ 200

milhões para essa finalidade. A maior exposição internacional é uma forma de absorver novos conhecimentos e aperfeiçoar os processos de inovação.

A produtividade no Brasil, segundo Arbix, não cresce de maneira virtuosa, sustentada na inovação e tecnologia. "Esse é o meio mais nobre de se elevar a produtividade, porque se baseia na qualificação e uso pleno do potencial das pessoas."

Embora participe com 2% do PIB mundial, o Brasil é responsável por apenas 0,2% das patentes registradas. De acordo com a revista "The Economist", a Coreia do Sul registrou 30 vezes mais patentes que o Brasil, lembra Jean-Pierre Lehmann, professor International Institute for Management Development (IMD), uma das maiores escolas de negócios da Europa. A meta conjunta do governo e empresas é elevar o investimento em pesquisa e desenvolvimento para 1,5% do PIB em 2010. "Para a próxima década, isso será crucial para fazer do Brasil uma economia mais dinâmica e inovadora. O país precisa dar enormes saltos na produtividade, a fim de de alavancar sua classificação de competitividade", afirma Lehmann.

Gustavo Lourenção/Valor

Glauco Arbix vê o Brasil mais dinâmico que os governantes: para ele, os políticos continuam no tempo dos coronéis e não estão preparados para responder aos desafios que o país deve enfrentar

A tendência no Brasil é de, nos períodos de crise, adiar os projetos de maior risco e postergar as decisões que geram a inovação. "As economias mais aguerridas fazem exatamente o contrário", diz Arbix ao relacionar Nokia, Microsoft, Google e Samsung como exemplos de empresas que nasceram, cresceram e globalizaram seus negócios em momentos em que as condições não eram as mais favoráveis.

O investimento em tecnologia é fundamental para o Brasil permanecer em vantagem nas áreas de produção de alimentos e de energia. "Já somos uma potência verde", diz. Arbix acredita ser esse o grande trunfo do país em relação ao resto do mundo. Na área de energia, por exemplo, ele avalia que o Brasil está anos à frente da grande maioria dos países. "Somos um exemplo único no mundo porque temos uma matriz energética limpa e diversificada." Com energia farta é possível, ao mesmo tempo, sustentar a produção agrícola.

O Brasil, segundo Arbix, é uma potência imbatível no etanol de primeira geração (extraído da moagem da cana). Trata-se de uma vantagem transitória, porém, pois já há pesquisas para desenvolver tecnologias de segunda geração - a partir da celulose. Para Arbix, a boa notícia é que o Brasil também investe nesse tipo de pesquisa e, desta vez, contando com a participação de empresas como Oxiteno, Braskem e Petrobras.

Como cada uma delas trabalha em áreas diferenciadas, Arbix julga importante a iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia de instalar um centro de pesquisa de etanol de segunda geração em Campinas, no modelo multibancada. Trata-se de um grande laboratório público, porém integrado com as pesquisas de empresas privadas. "É um arranjo institucional forte, porque se pretende promover a convivência de várias vertentes de pesquisa, sem saber a priori qual será a mais promissora."

Em relação às reservas do pré-sal, Arbix observa que o Brasil poderá não só extrair quantidades até então impensáveis de petróleo, mas também desenvolver tecnologia para injetar carbono em águas profundas e, assim fazer, a compensação ambiental do processo. "Pelos estudos disponíveis, será possível injetar 20% a mais de carbono do que a quantidade produzida no processo de extração de petróleo. Significa que o Brasil terá condições de utilizar uma velha fonte fóssil, mas de uma maneira como se estivesse plantando florestas."

Com a utilização mais intensiva da energia hidrelétrica, o Brasil, na visão de Arbix, pode se tornar uma potência energética com características diferentes e mais vantajosas do que China e Índia. "A comparação é favorável também em relação à Rússia, que é grande produtora de petróleo, mas adota políticas devastadoras para o meio ambiente." (EPA)

Ministério quer medir demanda por energia (Valor Econômico) 08/01/2010

Danilo Fariello, de Brasília

Como a licença ambiental para a usina de Belo Monte no rio Xingu, no Pará, tarda a sair, o Ministério de Minas e Energia (MME) resolveu se antecipar e convocar os agentes de distribuição interessados em participar do leilão a apresentar até 29 de janeiro sua demanda de energia para fornecimento em 2015, prazo em que a hidrelétrica deverá começar a operar. Sendo antecipado esse processo mais burocrático, assim que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos

Naturais Renováveis (Ibama) emitir a licença prévia a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) poderá divulgar o edital para que o leilão ocorra em 30 dias após essa publicação.

A declaração das necessidades energéticas dos agentes servirá para o MME medir também a demanda por novas usinas de geração de energia para fornecimento a partir de 2013 e 2015. O Ministério, com a convocação, também ratifica aos distribuidores que mantém a previsão de início da geração da energia de Belo Monte para daqui a cinco anos. O prazo chegou a ser questionado por conta do atraso do leilão, previsto para dezembro passado.

O Ibama não tem uma previsão para publicação da licença. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, tem pressionado a autarquia desde o fim de 2009, estipulando prazos para a liberação do leilão de Belo Monte, usina com capacidade de mais de 11 mil megawatts de geração. Por conta desse conflito, o diretor de licenciamento e o coordenador-geral de infraestrutura de energia elétrica do Ibama deixaram os cargos.

Resseguro: Estatal altera cláusulas de apólices de responsabilidade civil; variação de preço começa a aparecer

IRB se adapta para enfrentar concorrência (Valor Econômico) 08/01/2010

Janes Rocha, do Rio

Eduardo Nakao, presidente do IRB Brasil Re: "Mudanças de cláusula tornaram o IRB-Brasil Re mais competitivo" Ainda que o IRB Brasil Re continue dominando a contratação dos resseguros brasileiros - mesmo depois da quebra do monopólio e abertura para resseguradoras estrangeiras - a concorrência a que estatal está sendo submetida desde 2007 começa a mostrar seus efeitos. Na renovação do contrato internacional de resseguros de responsabilidade civil, que as empresas costumam fazer todos os anos, o IRB foi obrigado a igualar as condições da concorrência.

Pouco difundidos entre as pessoas físicas, o seguro e o resseguro de responsabilidade civil são fundamentais para as empresas. Na aviação civil, por exemplo, um avião não pousa nem decola em qualquer aeroporto do mundo se não tiver cobertura de responsabilidade civil para os passageiros. Também é seguro obrigatório em obras de infraestrutura e atividades nas áreas de energia, transporte de carga e eventos. As empresas só conseguem contratar apólices se as seguradoras puderem contar com resseguro no exterior, já que um sinistro nesses setores pode resultar em prejuízos de milhões de dólares.

A concorrência está se refletindo nas condições de contrato e também nos preços cobrados das empresas, que têm registrado grande variação de uma seguradora para outra, o que não acontecia quando o IRB era monopolista. Os valores eram mais ou menos os mesmos para todas as empresas, dependendo apenas da intensidade do risco oferecido em cada atividade.

O novo contrato de Responsabilidade Civil Geral fechado pelo IRB para o período 2009/2010, que entrou em vigor em 30 de novembro de 2009, permaneceu com o limite de US\$ 30 milhões por risco, como no contrato anterior (2008/2009). Significa que o IRB pode aceitar riscos de até US\$ 30 milhões.

A responsabilidade da estatal no contrato, por sinistro, vai até US\$ 5 milhões. Se o sinistro ultrapassar esse valor (até US\$ 30 milhões), cinco resseguradores do mercado internacional que fornecem suporte ao IRB-Brasil Re pagam o restante da indenização.

| Responsabilidade civil | | | | |
|--|-----------------------|------------|--------------------|--------------|
| Faturamento em prêmios de resseguros - acumulado até novembro/09 | | | | |
| Empresas (locais) | Prêmios (R\$ milhões) | Em RC | Retenção de riscos | Market share |
| IRB Brasil Resseguros S/A | 2.349 | 121 | 55% | 85,1% |
| J. Malucelli | 159 | n/o | n/o | n/o |
| Mapfre Re | 101 | 3 | 67% | 2,4% |
| Munich Re | 300 | 10 | 63% | 7,2% |
| XL Resseguros | 114 | 8 | 26% | 5,4% |
| Total | 3.024 | 142 | - | - |

Fonte: Gustavo Cunha Mello com base em dados da Suscep. Obs.: n/o = não opera

"Foram feitas mudanças de cláusula que tornaram o IRB-Brasil Re mais competitivo diante das práticas internacionais, como, por exemplo, a inclusão da cláusula de obrigações extracontratuais", disse o presidente da empresa, Eduardo Nakao.

Segundo explicou, esta cláusula garante à seguradora a participação do IRB-Brasil Re no pagamento do excesso do limite máximo de indenização. Trata-se do valor máximo que a seguradora pagará em caso de sinistro. Entretanto, por determinação jurídica, a seguradora pode ser obrigada a pagar além do limite. Com a cláusula de obrigações extracontratuais incluída no contrato, o ressegurador assume este eventual excesso, liberando a seguradora da obrigação.

O contrato garante a indenização por três anos para apólices de responsabilidade civil de obras civis, serviços de instalação e montagem de máquinas e equipamentos. Também garante cobertura para riscos, no exterior, de produtos (danos causados a terceiros por defeitos em produtos) e funcionários (danos corporais sofridos por funcionários de empresas localizadas no Brasil quando em viagem a trabalho ao exterior).

Nakao destaca o prazo de vigência de três anos, outro diferencial oferecido pela estatal em relação aos concorrentes que, segundo ele, na sua maioria trabalham com prazo máximo de 12 meses. Entre as exclusões (o que o contrato não cobre) estão erros médicos, danos corporais ou materiais decorrentes de greves, entre outros. "Não haverá restrição a setores, mas sim às cláusulas que dão interpretação múltipla", afirma Nakao.

Segundo dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep) até novembro de 2009, o mercado ressegurador movimentou cerca de R\$ 3 bilhões em prêmios. Concorrendo com apenas três resseguradoras locais, o IRB ainda tem 85% de participação.

Procurado pelo Valor para comentar o assunto, Bosco Franco, diretor presidente da Mapfre Re do Brasil, não quis revelar detalhes do contrato da resseguradora no exterior, argumentando que são "sigilosos". Mas comentou que a empresa tem registrado grande demanda devido ao expressivo desenvolvimento do ramo neste último ano.

"Enxergamos que as necessidades de seguro e resseguro de responsabilidade civil vão aumentar mais ainda nos próximos anos pelas promissoras projeções econômicas do Brasil e importantes projetos estruturais (pré-sal, Olimpíadas, Copa do Mundo)", disse Franco.

Apesar da pequena participação da Mapfre Re e as demais resseguradoras, comparado com o peso do IRB, a concorrência tem tornado este mercado muito mais "difícil" para os corretores que trabalham com riscos empresariais, relata o economista Gustavo Cunha Mello, dono da corretora Correcta, especializada em riscos aeronáuticos, de carga e energia.

Segundo Mello, ao tentar contratar recentemente uma apólice para uma termelétrica, que ele disse não poder revelar o nome por contrato de confidencialidade, encontrou prêmios que variavam de R\$ 30 mil a R\$ 60 mil.

Muitas seguradoras não aceitaram o contrato porque não aceitam mais o seguro de "D&O" - uma modalidade de seguro de responsabilidade civil que garante indenização a executivos e administradores de empresas por erros e omissões em sua atividade à frente da companhia. "Antes não havia uma variação tão grande porque era tudo para o IRB", relata Mello.

Sócios redesenham venda da Equipav (Valor Econômico) 08/01/2010

Mônica Scaramuzzo e Fabiana Batista, de São Paulo

Uma mudança de postura dos acionistas do grupo Equipav, controlado pelas famílias Toledo, Vettorazzo e Tarallo, "travou" a condução do processo de venda das duas usinas sucroalcooleiras da companhia. O Valor apurou que os acionistas decidiram que podem abrir mão do controle da empresa para dar continuidade ao processo da venda, desde que se mantenham no negócio, e que eles desistiram de dar exclusividade a apenas um potencial comprador.

Uma renegociação de dívidas com bancos está quase concluída e gira em torno de R\$ 500 milhões, cerca de um terço do débito total da empresa - que, no balanço de 31 de março de 2009, estava em cerca de R\$ 1,6 bilhão, conforme fontes familiarizadas com o negócio. "Os contratos de renegociação com os bancos já estão assinados."

Até o fim de 2009, os acionistas trabalhavam com a hipótese de ter um sócio estratégico para fazer um aporte. Assim, poderiam se manter no controle. No entanto, para muitos interessados nos ativos da Equipav esta opção não era interessante. Os atuais sócios da empresa também esperavam fechar exclusividade com uma companhia para prosseguir as negociações, como foi o caso da Santelisa Vale, que optou no meio do processo de venda estudar apenas a proposta da Louis Dreyfus.

Esta opção também tem sido descartada, uma vez que há muitas empresas interessadas na companhia, entre elas a Bunge, a indiana Shree Renuka, o fundo VREC (Vital Renewable Energy Company) e Rhodia. Cosan, Noble, São Martinho em parceria com a GP Investments, que também estariam no páreo, teriam saído deste processo, conforme apurou o Valor.

"Os acionistas achavam que a situação poderia se ajeitar, uma vez que o endividamento da companhia caiu e os preços do açúcar no mercado internacional mudaram a tendência pessimista do setor", disse outra fonte. Mas a liberação de financiamentos de bancos para o grupo a partir março, que estaria condicionada a um novo aporte da empresa, aceleraram a decisão dos acionistas em vender os ativos.

O banco Santander, que foi contratado pelos acionistas, não está mais sozinho acompanhando a operação. A Inspire Capital foi contratada para assessorar o processo de venda.

O Valor apurou que o grupo está pedindo um preço alto pelas duas usinas, de um pouco menos de US\$ 150 por tonelada de cana, quando a média do mercado está em torno de US\$ 100. A proposta da Cosan foi descartada por estar muito abaixo deste valor, afirmaram as mesmas fontes. As duas unidades têm capacidade para moer cerca de 8 milhões de toneladas e **projetos de cogeração de energia a partir do bagaço avançados**. Nos próximos dias, as propostas das pretendentes deverão ser formalizadas. A Equipav foi procurada, mas preferiu não comentar.

Construção:

Método compra Potencial e parte em busca de novo sócio (Valor Econômico) **08/01/2010**

Daniela D'Ambrosio, de São Paulo

Hugo Marques da Rosa, presidente da Método: "União das empresas nos dará acesso a projetos de maior porte" A construtora Método adquiriu 51% da Potencial Engenharia, empresa que atua na montagem e manutenção industrial do setor de óleo e gás. A aquisição marca a entrada da companhia na área de infraestrutura e abre as portas para novos contratos com a Petrobras. A estratégia é tornar a companhia mais robusta para atrair um novo sócio investidor e capitalizar a Método.

Segundo Antonio Boralli, presidente do conselho de administração da Método, o objetivo é ter um sócio minoritário, mas com participação relevante até o fim do primeiro semestre deste ano. A médio prazo, com uma operação de mais fôlego, a ideia é partir para uma abertura de capital. Até o momento, nenhuma das empresas que atuam na área de engenharia e construção industrial, como Racional, Advento e W Torre foi à Bolsa - embora na Europa haja empresas desse ramo listadas.

O negócio foi assinado no último dia 30 de dezembro, justamente para que o balanço de 2009 já pudesse ser "engordado" com o resultado consolidado das duas empresas. Segundo a Método, as receitas equivalente das duas empresas (contratos em carteira) em 2009 soma R\$ 750 milhões - R\$ 500 milhões da Método e R\$ 250 milhões da Potencial. As estruturas serão mantidas separadamente por conta da especialização de mão de obra e a especificidade de cada negócio.

As empresas não revelam o valor da transação. A Método informou apenas que investirá R\$ 6 milhões para reforçar o capital de giro da companhia. Segundo o Valor apurou, a Potencial tem um passivo de curto prazo na casa de R\$ 30 milhões. De acordo a Método, a Potencial não tem "passivos expressivos". Em 2009, o UBS Pactual, hoje BTG Pactual, tinha mandato para fazer a reestruturação da Potencial.

Criada há 21 anos, no ano passado a Potencial obteve um cadastro da Petrobras que permite atuar nas áreas de engenharia, suprimento e construção com obras de todos os portes. "Poderíamos ser chamados para fazer obras maiores e não teríamos fôlego financeiro, daí fomos a mercado procurar um sócio", diz Eduardo Henrique Alves,

presidente da Potencial Engenharia - que continua no negócio, ao lado do outro fundador da companhia. A empresa já fez montagens de fábricas para Gerdau e Camargo Corrêa, mas hoje a Petrobras é seu único cliente.

A Método - que já foi sócia da americana Tishman Speyer no Brasil - atua basicamente com construção e atua nos segmentos de edifícios comerciais, hotelaria, hospitais, lojas e shopping centers. Como estratégia de diversificação e até por conta do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o setor de infraestrutura tornou-se um dos mais cobiçados pelas companhias de construção pesada e ganhou ainda mais importância durante a crise - quando as empresas de vários setores, como siderurgia, autopeças, papel e celulose e mineração mudaram de planos e decidiram postergar ou simplesmente desistiram de construir novas fábricas, afetando os resultados das construtoras especializadas na área industrial. "O volume de investimentos para o setor de óleo e gás nos próximos anos será maior do que no setor imobiliário", diz Hugo Marques da Rosa, presidente da Método.

A Método ainda não fechou o balanço de 2009. Em 2008, a companhia teve receita de R\$ 488,5 milhões e líquida (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 13 milhões. "Os resultados de 2009 devem ser equivalentes aos de 2008 porque o primeiro semestre foi muito fraco", diz Boralli, em sua primeira entrevista como porta-voz da Método. Colega de Escola Politécnica de Marques da Rosa - que fundou a Método em 1973 - Boralli seguiu carreira no mercado financeiro e foi presidente do Citibank no Brasil. Há cinco anos, comprou 50% da Método e agora é o principal interlocutor da empresa na busca de potenciais investidores.

Álcool já chega a R\$ 1,999 na bomba (Correio Popular) 08/01/2010

Segundo as revendas, consumidor deve se preparar para novos aumentos nas próximas semanas

Adriana Leite
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
aleite@rac.com.br

As previsões do mercado revendedor de combustíveis se materializaram nas bombas esta semana: o álcool já é encontrado a quase R\$ 2,00 em Campinas. O valor médio do litro fechou a semana passada em R\$ 1,684, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo, **Gás Natural** e Biocombustíveis (ANP), mas uma pesquisa minuciosa em vários postos mostra que esse patamar já está acima de R\$ 1,70. E o pior para o bolso do consumidor é que representantes das revendas não têm boas perspectivas, pois as distribuidoras continuam a informar que novos aumentos devem acontecer nas próximas semanas.

Ontem, levantamento realizado pela Agência Anhanguera de Notícias (AAN) em postos do município encontrou preços que variaram de R\$ 1,659 a R\$ 1,999. Uma comparação que dá a exata dimensão da evolução dos custos do etanol na bomba é o valor médio verificado em dezembro de 2008 e o mesmo parâmetro no mês passado. Segundo números da ANP, no último mês de 2008, o valor médio do litro em Campinas era de R\$ 1,321. Em dezembro de 2009, o preço já estava em R\$ 1,613. A elevação foi de 22% na ponta.

Quando a análise se volta para o elo produtor da cadeia, os dados também revelam uma forte subida. O preço médio do litro do álcool hidratado nas usinas de São Paulo no final de 2008 era de R\$ 0,7392, conforme levantamento semanal realizado pelo Centro de Estudos em Economia Aplicada (Cepea), ligado à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (USP). No último dia 30, o valor era de R\$ 1,1019. Nos valores não estão incluídos os impostos. A variação em um ano foi de 49%. O resultado os consumidores conhecem bem: o preço do álcool já não é mais vantajoso em relação à gasolina em muitos postos de combustíveis. Fazer a conta é o melhor caminho para não sair perdendo na hora de abastecer o tanque (veja quadro nesta página).

Os motivos apontados pelo mercado para o avanço do custo do álcool hidratado em 2009, que continua no início deste ano, são pelo menos quatro: os fabricantes de açúcar e álcool afirmaram que as chuvas prejudicaram a produção; o problema residiria na qualidade da cana, que teve uma redução da quantidade de sacarose e provocou uma diminuição do volume de etanol produzido; a queda teria chegado a 1,4 bilhão de litros na atual safra, equivalente a mais de um mês de consumo de álcool hidratado no País, que hoje é de 1,2 bilhão; e o crescimento da demanda influenciada pela grande venda de carros flex também teve reflexo na alta.

Os revendedores destacaram ainda que os usineiros privilegiaram a produção de açúcar, que está com preço mais vantajoso no mercado internacional, com a quebra da safra na Índia. O setor reclama que o governo está demorando para promover uma alteração para 20% na quantidade de álcool anidro na mistura com a gasolina, que, atualmente, é de 25%. O tema entrará em uma pauta de discussões, segundo membros do governo federal, com vários ministérios na

próxima segunda-feira. Para representantes dos postos, a medida colocaria mais produtos no mercado e provocaria menor pressão sobre os preços.

Comportamento

O aumento expressivo no preço do álcool muda o comportamento do consumidor, que passa a preferir a gasolina. Há postos em Campinas que registraram uma alta de 30% a 40% na venda do derivado de petróleo. A responsável pelo setor administrativo do Auto Posto Rodeio, Ângela Dalge, afirmou que parte dos motoristas que abastecem no local migrou para a gasolina a partir do momento em que o álcool começou a subir muito. O estabelecimento vendia ontem o litro do combustível por R\$ 1,679 e da gasolina por R\$ 2,399. “Nós seguramos o preço do álcool por quatro semanas, mas chegou uma hora que estávamos com preço abaixo do custo. Estamos trabalhando com margens bem reduzidas”, comentou.

Os consumidores corroboram a informação do setor de que pretendem substituir o abastecimento com etanol por gasolina, se a diferença não for vantajosa. A estudante Luzia Correa Ferreira afirmou que sempre faz a conta, e quando há perda, ela prefere a gasolina. “Eu pesquiso preços, mas não abasteço em qualquer posto. O preço do álcool, em geral, está muito elevado. Já troquei o combustível por gasolina”, disse. O advogado Oswaldo Pereira de Castro pretende adotar a mesma medida se o valor continuar em alta. “O valor está no limite”, observou.

SAIBA MAIS

Quando vale trocar o álcool pela gasolina

Os especialistas afirmam que abastecer com álcool vale a pena quando o preço do litro equivale no máximo à 70% do que é pago pelo litro da gasolina.

Se o valor do etanol estiver a R\$ 1,999 e o da gasolina a R\$ 2,649 — valores encontrados em pesquisa realizada, ontem, em um posto de Campinas — o percentual é de 75,46%. Em outro caso, o preço do derivado de petróleo era de R\$ 2,379, e o do produto extraído da cana era de R\$ 1,659, o que equivale a 69,73%.

‘Escassez pressiona ainda mais os preços’

É o que afirma o presidente do sindicato dos postos de Campinas e região, Edmilson Martins

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Campinas e Região (Recap), Edmilson Martins, afirmou que os motoristas podem ter novas surpresas com o valor do litro do álcool. “Na minha última compra junto ao fornecedor, o custo do litro do etanol foi de R\$ 1,579. Mas já fui informado que na próxima semana terá um acréscimo de R\$ 0,05. Terei que subir novamente o preço na bomba”, explicou. Ele comentou que chegou a faltar produto no mercado na semana passada. “Não há desabastecimento, mas uma escassez que pressiona ainda mais os preços”, disse.

Martins defendeu que os condutores passem a usar mais gasolina do que álcool, como forma de sobrar produto no mercado e, assim, provocar um recuo no preço do litro do etanol na ponta. O mercado entrou agora na entressafra da cana-de-açúcar. “Outra medida que deve ser adotada é a redução do percentual de adição de álcool anidro na gasolina. Dessa forma, a produção de álcool combustível (hidratado) poderá ser maior e baratear o custo na usina”, calculou. Para ele, o governo está demorando para tomar esta decisão. O presidente da Recap também acredita que é preciso criar um estoque regulador para evitar o sobe-e-desce em períodos de entressafra.

O representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) na região de Ribeirão Preto, Sérgio Prado, afirmou que na última semana o aumento do litro do álcool na usina já perdeu força frente a semanas anteriores. Ele acredita que os atuais ajustes realizados pelo setor distribuidor refletem o movimento de alta de algumas semanas atrás. O executivo também salientou que o problema do excesso de chuvas já não tem tanto peso sobre a evolução de preços do combustível, pois boa parte das usinas já parou de produzir. Prado garantiu que não há falta de álcool nas usinas e que não existe risco nenhum de desabastecimento.

A reportagem da Agência Anhanguera de Notícias (AAN) entrou em contato com o Posto Campeão 80 — que vendia etanol ontem a R\$ 1,999 — e também com o Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis, mas não houve retorno até o fechamento desta edição. (AL/AAN)

DANÇA E CIDADANIA (Correio Popular – Caderno C/ Societá) 08/01/2010

A 2ª edição do Fundo **Comgás** de Patrocínio Sociocultural já beneficiou mais de 500 crianças e jovens de Campinas e região. A edição teve início em 2009 com os projetos Anime sua Comunidade e Dança e Cidadania. As propostas realizam oficinas de animação e apresentações de dança com recursos do fundo. Uma excelente iniciativa que serve de exemplo à sociedade.

Cemig promove leilão de venda de energia convencional e incentivada (CanalEnergia) 07/01/2010

Serão comercializados dois produtos com prazo de fornecimento de 1º a 31 de dezembro para o submercado Sudeste/Centro-Oeste
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Cemig GT realizará no próximo dia 8 de janeiro leilão de venda de energia convencional e incentivada. Com período de fornecimento de 1º a 31 de dezembro, serão comercializados no certame dois produtos para o submercado Sudeste/Centro-Oeste. A companhia disponibiliza um volume de até 37.200 MWh de energia convencional distribuídos entre as cargas leve (até 13.850 MWh), média (até 19.450 MWh) e pesada (até 3.900 MWh). A Cemig comercializará também até 8,610 MWh médios provenientes de energia incentivada.

Os interessados podem encaminhar o termo de adesão até às 12 horas do próximo dia 7 para o fax (31) 3506-4660. Já a proposta de compra deverá ser enviada entre 8 horas e 12 horas do dia 8. O resultado será divulgado até às 17 horas do dia do certame.

Distribuidoras da Rede Energia têm projetos enquadrados no Reidi (CanalEnergia) 07/01/2010

Celpe, Celtins, Cemat e Enersul farão melhorias em suas instalações. Cemar também recebeu autorização
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento de projetos de reforços, melhorias e expansão de instalações de distribuição de energia de empresas do grupo Rede no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura. Celpe (PA), Celtins (TO), Cemat (MT) e Enersul (MS) realizarão melhorias nos sistemas de distribuição de alta, média e baixa tensão.

A portaria enquadrou o projeto da Celpe, cujas melhorias incluem, entre outros, a aquisição de materiais e equipamentos para construção de redes de baixa tensão; bancos de capacitores reguladores de tensão monofásicos ou trifásicos, chave seccionadora tripolar e chave fusível religadora.

Entre os reforços e melhorias em instalações que serão realizados pela Celtins estão a construção de redes de distribuição, substituição de transformadores sobrecarregados no sistema, reforma de equipamentos em fim de vida útil ou avariados, como transformadores de distribuição, chaves seccionadoras, postes, reguladores de tensão e religadores.

Também foram enquadrados projetos da Cemat estão obras no sistema das subestações Sinop Distrito Industrial, Nova Mutum, Cuiabá Distrito Industrial, além da aquisição de relés de proteção eletrônicos e equipamentos de comunicação e automação.

Entre as melhorias realizadas pela Enersul, que realizará obras de relocação de trechos e postes da rede de distribuição e recuperação de medidores de energia, além da construção de redes de distribuição.

Cemar - Além das empresas do grupo Rede, a Cemar também recebeu aprovação para a realização de reforços no Maranhão. A companhia fará obras de construção de circuitos de rede primária e/ou secundária; aquisição de equipamentos e obras para execução do Programa Luz para Todos e construção de 30 quilômetros da linha de distribuição, em 69 kV, Peritoró - Derivação - Codó e um Bay de linha de distribuição de 69 kV na subestação Codó. As informações foram publicadas em portarias do Diário Oficial da União desta quinta-feira, 7 de janeiro.

Ampla Energia começa negociações de debêntures na BM&FBovespa (CanalEnergia) 07/01/2010

Séries totalizam 25 mil papéis, ao preço unitário de R\$ 10 mil e classificação de risco brAA- pela Standard & Poors Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Bovespa Fix - mercado de renda fixa da BM&Bovespa - iniciou esta semana as negociações das debêntures da quinta emissão da Ampla (RJ). A primeira série é composta por 11.533 papéis ao preço unitário de R\$ 10 mil, com remuneração do CDI mais spread de 1,10% ao ano e pagamento de juros semestrais. A segunda série é composta por 13.467 papéis ao preço inicial unitário de R\$ 10 mil, com remuneração da variação do IPCA mais spread de 8,30% ao ano. A terceira série é composta por 13.467 papéis ao preço inicial unitário de R\$ 10 mil, com remuneração da variação do IPCA mais spread de 8,30% ao ano.

As duas séries têm classificação de risco 'brAA-' atribuída pela Standar & Poors. Os pagamentos iniciais da primeira e da segunda séries estão previstos para 15 de junho e 15 de dezembro, respectivamente. O coordenador líder das operações é o Bradesco BBI S.A. A empresa tem o nome Ampla Energ no pregão, sob os códigos CBEE-D51 e CBDE-D52. Ao todo, o Bovespa Fix passa a listar 297 séries, que representam R\$ 129,92 bilhões.

MPX Energia ON fecha com alta de 3,70% (CanalEnergia) 07/01/2010

Light ON encerra em baixa de 2,00%. IEE chega aos 24.636 pontos, com alta de 0,25% Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A MPX Energia ON encerrou em alta de 3,70% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 07 de janeiro. A Cesp PNB também encerrou com alta, de 3,35%. A Light ON fechou com baixa de 2,00%, seguida pela CPFL Energia ON (-1,24%) e pela Equatorial ON (-1,13%). A Terna Participações UNT apresentou estabilidade ao fim do pregão. O IEE chegou aos 24.636 pontos com alta de 3,70%. O Ibovespa encerrou em baixa, com -0,39%, aos 70.451 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,14%
AES Tietê PN: 0,10%
Celesc PNB: 0,70%
Cemig PN: -0,96%
Cesp PNB: 3,35%
Coelce PNA: -0,93%
Copel PNB: -0,96%
CPFL Energia ON: -1,24%
Eletrobrás PNB: 2,21%
Energias do Brasil ON: 0,72%
Equatorial ON: -1,13%
Light ON: -2,00%
MPX Energia ON: 3,70%
Tractebel ON: 0,65%
Terna Participações UNT: estável
Transmissão Paulista PN: -0,49%

Brasil e Peru promovem seminário sobre integração energética (CanalEnergia) 07/01/2010

Seminário realizado nos próximos dias 14 e 15 debate marco de convênio, pelo qual Brasil deve financiar, construir e operar seis hidrelétricas, no Peru Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com a Universidad Ricardo Palma de Peru, realizará nos próximos dias 14 e 15 de janeiro, o seminário de Integração Energética Peru - Brasil. O evento será realizado em Lima, na Universidad Ricardo de Palma. No encontro, será debatido o marco de convênio entre os dois países assinado em abril do ano passado, pelo qual o Brasil deve financiar, estudar, construir e operar seis hidrelétricas, localizadas nas regiões de Cuzco, Puno e Madre Dios. O objetivo do evento é analisar os

avanços da integração energética entre os dois países que trabalham em conjunto no projeto de construção da usina Inambari e discutir o encontro dos presidentes, ocorrido no último mes de dezembro, a respeito de uma integração energética que gere maiores benefícios para ambos países.

O evento contará com a presença de autoridades peruanas e brasileiras, como os ministros de Minas Energia e Meio Ambiente do Peru, Pedro Sanchez e Antonio Brack, respectivamente, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Brasil, Altino Ventura, e o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, entre outros. O seminário é isento de taxas e as inscrições podem ser realizadas através do e-mail ifes@race.nuca.ie.ufrj.br. A programação do evento está disponível no site <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/seminariobrasil-peru>.

PL do Senado pede revisão de critérios para enquadramento de PCHs (CanalEnergia) 07/01/2010

Projeto prevê flexibilizar implantação ou repotenciação de usinas para valores acima de 30 MW
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Tramita na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado o Projeto de Lei 109/2008, que tem como objetivo flexibilizar o enquadramento de pequenas centrais hidrelétricas, assim como permitir a implantação ou a repotenciação dessas usinas para valores acima de 30 MW. A proposta, de autoria do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), altera o artigo 26 da Lei 9427/1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica. O relator do processo na comissão é o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

O projeto destaca que algumas usinas com capacidade instalada próxima de 30 MW são construídas com potência menor para não ultrapassar os limites previstos na legislação para concessão de benefícios a PCH. Segundo a proposta, usinas na faixa de geração perto de 30 MW devem ser inicialmente avaliadas sob a ótica energética, antes de serem considerados fatores econômicos, para que os atuais critérios para concessão dos benefícios não comprometam ou distorçam o melhor aproveitamento de cada pequeno potencial hidrelétrico.

"Quando o Estado julgar que determinado projeto deve ser implantado ou repotencializado para potência superior a 30 MW, visando atender a determinadas comunidades ou para se antecipar a um provável aumento do custo da energia, a legislação deve ser suficientemente flexível para permiti-lo", conclui a proposta.

Antonio Carlos Pannunzio, deputado federal: Em busca da energia limpa e eficiente (CanalEnergia) 07/01/2010

A grande questão com que o mundo está às voltas é a de reestruturar sua matriz energética, nela substituindo a maior fração possível de combustíveis fósseis pelas chamadas energias renováveis
Antonio Carlos Pannunzio, deputado federal, Artigos e Entrevistas

A grande questão com que o mundo está às voltas, neste momento, é a de reestruturar sua matriz energética, nela substituindo a maior fração possível de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e seus derivados) pelas chamadas energias limpas e renováveis.

É tarefa de difícil execução. Há 150 anos, Edwin Drake, após perfurar apenas 30 metros, pôs em funcionamento o primeiro poço de petróleo bem sucedido, no estado norte-americano da Pensilvânia. Nas décadas seguintes, a participação do petróleo e seus derivados na vida da humanidade ampliou-se de maneira incessante.

O consumo crescente levou o homem buscá-lo e extraí-lo em profundidades cada vez maiores, com o uso de tecnologias de perfuração, bombeamento e transporte de complexidade e custo cada vez maior.

Os avanços trazidos pelo petróleo e pelas tecnologias que, no último século e meio, entraram a fazer parte da vida humana não reduziram o uso das fontes tradicionais de energia, como a lenha. Esta ainda hoje é amplamente utilizada como combustível, fato que continua a varrer florestas ao redor do globo.

Há pouco terminou, em Copenhague, na Dinamarca, a COP 15, 15ª Conferência da ONU sobre mudanças climáticas. Os pífios resultados obtidos evidenciam a dificuldade de, sem avanços dramáticos na formatação de uma nova matriz energética, conciliar os atuais padrões de consumo da humanidade com a preservação de biomas que, para subsistir, reclamam condições específicas de clima, hoje em acelerado processo de modificação.

Os resultados obtidos pelo Brasil nesse domínio são vigorosos, mas não caracterizam uma alternativa para a humanidade.

A transformação de vastas extensões do nosso território em canaviais permitiu que parte considerável da nossa frota de automóveis utilize como combustível o etanol. Em paralelo, gerou ou agravou problemas sérios, para os quais ainda não temos resposta. Estão, nesse caso, episódios de mão de obra escrava, a queima de quantidades gigantescas de palha de cana e as recorrentes tentativas de se estender o cultivo da cana à Floresta Amazônica ou ao Pantanal.

Avançamos na produção do biodiesel, mas o óleo diesel que aqui produzimos ainda é, de todo planeta, um dos mais fortemente agressivos à vida humana e ao meio ambiente.

Também precisamos encontrar meios e modos concretos de proteger nossos biomas ameaçados, que incluem, além da Amazônia e do Pantanal, o Cerrado. Resolvermos esse feixe de questões é a nossa lição de casa, difícil e trabalhosa.

Em paralelo e sem prejuízo das pesquisas na área dos combustíveis, tantos os fósseis quanto os vegetais renováveis, precisamos definir um sério esforço científico e tecnológico voltado para o domínio do ciclo do hidrogênio.

A energia obtida daquele gás, que compõe a atmosfera do planeta, é, pelos parâmetros científicos atuais, a única que pode saciar a fome de energia da nossa civilização sem comprometer os padrões climáticos ou afetar os biomas em cujo contexto a civilização cresceu e sobrevive.

Antonio Carlos Pannunzio é deputado federal, engenheiro, membro da Comissão de Constituição e Justiça, foi líder de bancada e presidente do Diretório Estadual do PSDB-SP

Ampla registra recorde de demanda de energia (CanalEnergia) 07/01/2010

Obtido na última segunda-feira, 4, pico de 1.937,826 MW e é 1,17% superior ao último recorde de demanda da companhia, que ocorreu em dezembro
Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Ampla (RJ) alcançou na última segunda-feira, 4 de janeiro, o recorde histórico de demanda máxima de energia de seu sistema de distribuição. Registrado por volta das 22 horas, o pico foi de 1.937,826 MW. O valor é 1,17% superior ao último recorde de demanda da companhia, que ocorreu no último dia 2 de dezembro. Além deste dia, a Ampla superou seu próprio pico de demanda outras quatro vezes no ano passado, sendo duas no mês de março e duas em novembro. De acordo com a companhia, o início oficial do verão é uma das principais razões para os registros de demanda máxima do sistema.

Tucuruí opera com 48,47% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 07/01/2010

Armazenamento do Norte atinge 61,7% do volume, segundo dados do ONS
Da Agência CanalEnergia, ONS

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 48,47% da capacidade armazenada, segundo dados do boletim Informativo Preliminar de Dados da Operação, do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última quarta-feira, 6 de janeiro. Os reservatórios do Norte atingem 61,7% do volume e registram alta de 1,1%. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 67,2% do volume, mantendo-se estáveis. O índice está 37,1% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 68,17% da capacidade.

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 61,7% do volume acumulado, registrando alta de 1,1%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 48,47% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 73,6% do volume, mantendo-se estáveis. O índice está 46,9% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Billings e Capivara operam com 85,45% e 80,74%, respectivamente.

Submercado Sul - Os reservatórios registram 98,4% do volume acumulado com alta de 0,2%. O índice está 77,2% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Campos Novos trabalha com 96% da capacidade de armazenamento.

Itaipu Binacional adere a certificação que visa à conservação da biodiversidade (CanalEnergia) 07/01/2010

Entre ações da companhia está o desenvolvimento de programa de gestão ambiental por bacia hidrográfica nos municípios da área de influência da usina
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Itaipu Binacional aderiu a certificação Life. Com a adesão, a companhia passa a fazer parte do grupo de empresas que busca incorporar ações de conservação da biodiversidade no processo produtivo. Desde 2003, a Itaipu Binacional vem desenvolvendo um programa de gestão ambiental por bacia hidrográfica nos 29 municípios da área de influência da usina, na margem brasileira do seu reservatório. Segundo a companhia, a iniciativa engloba 63 ações, beneficiando uma população de cerca de um milhão de pessoas. Já aderiram à certificação a indústria gráfica Posigraf, do grupo Positivo, a MPX, do grupo EBX e a rede de perfumarias O Boticário.

Coelce PNA opera em queda de 1,18% (CanalEnergia) 07/01/2010

IEE alcança os 24.551 pontos com baixa de 0,10% assim como Ibovespa, que chegou aos 70.551 pontos e registrou baixa de 0,25%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Coelce PNA opera em queda de 1,18% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 7 de janeiro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Light ON (-0,72%), acompanhada da Energias do Brasil ON (-0,69%). A AES Tietê PN opera em alta de 0,61%, acompanhada pela Cemig PN (0,60%) e Tractebel ON (0,55%). Celesc PNB, Terna Part UNT e Transmissão Paulista PN operam em estabilidade. O Índice de Energia Elétrica alcançou os 24.551 pontos com baixa de 0,10% assim como Ibovespa, que chegou aos 70.551 pontos e registrou baixa de 0,25%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -0,22%
AES Tietê PN: 0,61%
Celesc PNB: estável
Cemig PN: 0,60%
Cesp PNB: 0,35%
Coelce PNA: -1,18%
Copel PNB: -0,05%
CPFL Energia ON: -0,41%
Eletrobrás PNB: -0,52%
Energias do Brasil ON: -0,69%
Equatorial ON: 0,22%
Light ON: -0,72%
MPX Energia ON: -0,52%
Tractebel ON: 0,55%
Terna Part UNT: estável
Transmissão Paulista PN: estável

Distribuidoras devem apresentar declarações de necessidade para leilões de energia até dia 29 (CanalEnergia) 07/01/2010

Empresas deverão listar demanda para contratação nos leilões A-3, A-5 e Belo Monte
Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

As distribuidoras deverão apresentar até o dia 29 de janeiro as declarações de necessidade para os leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos de geração (A-3 e A-5) e da hidrelétrica de Belo Monte (PA, 11.233 MW). De acordo com a Portaria nº 14, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 7 de janeiro, as declarações de necessidade, uma vez apresentadas, serão consideradas irrevogáveis e irretiráveis e servirão para posterior celebração dos contratos de comercialização. Além disso, elas deverão contemplar

os volumes de energia para atendimento à totalidade dos respectivos mercados, nos períodos com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e de 1º de janeiro de 2015. A forma e o modelo da declaração de necessidade será disponibilizado no site do MME, de acordo com a Portaria.

Energia Direta oferta 12 MW médios de refinaria (CanalEnergia) 07/01/2010

Certame terá lote mínimo de 1MWmed e período de fornecimento de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. Preço inicial será de R\$ 70/MWh

Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Energia Direta, plataforma eletrônica para leilões de energia, gerenciada pela Electra Comercializadora, realizará no próximo dia 20 de janeiro leilão para a venda de energia da refinaria Alberto Pasqualini - Refap. O certame ofertará 12 MW médios, com lote mínimo de 1MWmed e período de fornecimento de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. O preço inicial será de R\$ 70 por MWh. Os interessados podem enviar o termo de adesão e os documentos necessários até o dia 15 de janeiro. Mais informações pelo e-mail faleconosco@energiadireta.com.br ou pelo telefone (41) 3023-3343.

Rio de Janeiro será sede de debate sobre energia nuclear (CanalEnergia) 07/01/2010

Executivos do setor e governo analisarão impacto da retomada do programa nuclear brasileiro na economia e os efeitos na engenharia, indústria e empregos

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Rio de Janeiro será sede de debate sobre energia nuclear neste mês. Nos próximos dias 18 e 19 de janeiro empresários, executivos do setor elétrico, dirigentes da área nuclear e governo vão analisar o impacto da retomada do programa nuclear brasileiro na economia e os efeitos diretos e indiretos na engenharia, na indústria nacional e na geração de empregos.

No primeiro dia de evento está prevista a realização de quatro palestras que destacarão, entre outros temas, os desafios e metas do programa nuclear brasileiro, avanços e a importância da energia nuclear na matriz energética brasileira. No mesmo dia haverá um painel sobre os aspectos tecnológicos da usina de Angra 3.

Já no dia 19 o tema debatido na palestra destaca o avanço tecnológico da indústria nacional para o setor nuclear. O evento contará ainda com painéis que terão como tema segurança nuclear, capacitação técnica e as perspectivas para o profissional do setor de engenharia e aplicações da tecnologia nuclear na indústria, medicina e na defesa da soberania nacional, entre outros. Participarão do evento representantes da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica, Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares, Associação Brasileira de Energia Nuclear, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Eletronuclear, Empresa de Pesquisa Energética e Indústrias Nucleares Brasileiras, entre outros.

Serviço

Evento: Seminário Tecnologia nuclear – Papel estratégico na revitalização da economia brasileira

Data: 18 e 19 de janeiro de 2010

Local: Auditório do Clube de Engenharia (Avenida Rio Branco, 124 - 25º andar - Centro - Rio de Janeiro)

Previsão de vazões para bacia de Três Marias entra em consulta pública (CanalEnergia) 07/01/2010

ONS sugere uso de técnicas de redes neurais, em conjunto com informações hidrometeorológicas. Processo vai até 22 de janeiro

Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica abriu a primeira consulta pública de 2010, que trata da alteração metodológica da previsão de vazões semanais associada à bacia incremental do aproveitamento de Três Marias. O processo, iniciado na última terça-feira, 5 de janeiro, vai até o próximo dia 22. Em nota técnica, o Operador Nacional do Sistema Elétrico concluiu que a aplicação de redes neurais para a previsão de vazões ao reservatório de Três Marias proporcionou uma diminuição significativa nos desvios de previsão de vazão natural semanal.

Entre os resultados obtidos com o processo, destacam-se reduções significativas dos erros médios da previsão de vazões em todos os períodos do ano e da ocorrência de grandes erros da previsão. A metodologia proposta pelo ONS consiste no uso de técnicas de redes neurais, em conjunto com informações hidrometeorológicas observadas e previstas nessa sub-bacia, visando à incorporação desse aperfeiçoamento na elaboração do Programa Mensal de Operação e suas revisões semanais.

O ONS recomendou a utilização do processo para a previsão de vazões naturais afluentes ao aproveitamento de Três Marias (primeira semana operativa), que serão utilizadas nos processos do Programa Mensal da Operação (PMO) e suas revisões. O órgão aconselhou ainda a realização de estudos que contemplem a aplicação da metodologia proposta em outras bacias e aproveitamentos do SIN.

De acordo com a Aneel, não existem colaborações até o momento. Os interessados podem encaminhar sugestões para o e-mail cp001_2010@aneel.gov.br.

SINDICAL

Aposentados e pensionistas terão serviços bancários ampliados no fim do mês (CUT Nacional) 08/01/2010

Escrito por Agência Brasil

Aposentados e pensionistas, que somam 27 milhões, terão os serviços bancários ampliados, resultado de acordo fechado entre o Ministério da Previdência Social e os bancos.

A medida começará a valer quando eles forem receber os benefícios referentes a janeiro de 2010. Esses recursos são pagos entre os últimos cinco dias deste mês e o quinto dia de fevereiro, informou o ministério. Segundo a pasta, 15,2 milhões de beneficiários não têm conta bancária e poderão usufruir de serviços atualmente restritos aos correntistas.

Pelo acordo, todos os aposentados e pensionistas receberão diretamente dos bancos o comprovante anual de pagamento e a declaração de rendimentos para fazerem o Imposto de Renda. O contracheque poderá ser usado, por exemplo, como comprovante para que o idoso tenha direito a compra de passagens com valor reduzido, informou o ministério. Os beneficiários também poderão imprimir nos terminais de atendimento automático o extrato mensal. Neste caso, os bancos terão prazo de 180 dias para implementar o serviço relacionado a extratos.

Segundo o ministério, o aposentado ou pensionista poderá pedir ao banco um cartão que terá - além da identificação da instituição financeira - a caracterização dele como segurado da Previdência ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os bancos terão 120 dias para fornecer novos cartões, depois de receberem as especificações.

Outra medida é que ele poderá transferir, gratuitamente, o valor total do benefício para outra conta bancária, uma vez a cada mês. O serviço será feito por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou de Documento de Crédito (DOC). Outra opção é autorizar o banco a fazer transferência automática.

Além disso, os bancos farão a renovação anual da senha do usuário e a atualização do endereço. As informações serão repassadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que garantirá a permanente atualização dos dados cadastrais. Com isso, diz o ministério, será possível à Previdência cumprir, de forma mais ágil, a lei 8.212 que determina a atualização do cadastro de Censo dos aposentados e pensionistas a cada cinco anos.

O acordo também prevê que usuário poderá pedir a migração do seu cartão magnético para conta-corrente e o banco deverá garantir todas as facilidades do Pacote de Tarifa Zero previstas pelo Banco Central. Entre os serviços gratuitos estão o fornecimento de dez folhas de cheques por mês; o fornecimento de até dois extratos contendo a movimentação do mês por meio de terminal de autoatendimento; a realização de consultas mediante utilização da internet e a de duas transferências de recursos entre contas na própria instituição, por mês, em guichê de caixa, em terminal ou pela internet.

A negociação com a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) também prorrogou, até 31 de dezembro de 2010, a cláusula que desonera o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os bancos de custos de processamento e pagamento da folha dos benefícios. O Ministério da Previdência Social não remunera os bancos desde setembro de 2007, quando um primeiro acordo foi assinado com a rede bancária.

Segundo o ministério, um grupo de trabalho formado por servidores do INSS e do Tesouro Nacional acompanhará a execução do contrato com os bancos e definirá os custos de pagamento dos 27 milhões de benefícios em estoque. O ministério quer que os bancos arquem com o custos referentes aos benefícios pagos até 2009. Para aqueles concedidos a partir deste ano, já foi feito um leilão que prevê o pagamento dos custos pelos bancos.

Projeto de Lei pretende garantir estabilidade ao pai durante gravidez de esposa (CUT Nacional) 08/01/2010

Escrito por Agência Câmara

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 5936/09, do deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM), que impede a demissão sem justa causa do trabalhador cuja esposa esteja grávida e não tenha estabilidade por sua condição.

A proposta estabelece que o trabalhador deverá apresentar cópia autenticada do registro do nascimento da criança até 5 dias após o parto. Ele deverá constar como pai da criança. Caso não entregue, o trabalhador poderá ser demitido por justa causa e deverá pagar ao empregador multa equivalente ao seu salário básico mensal.

De acordo com o autor, a proteção do recém-nascido cabe a toda a sociedade. Ele lembra que a Constituição Federal garante à gestante estabilidade provisória da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Porém, argumenta, essa proteção só atinge as mães empregadas.

Tramitação

A proposta, em tramitação conclusiva, será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Após prefeito aumentar ônibus em 17%... (CUT Nacional) 08/01/2010

Escrito por Luiz Carvalho

PM de Serra usa bala de borracha e bomba para acabar com mobilização contra Kassab

Ato começou pacífico

A manifestação na tarde dessa quinta-feira (7), na região central de São Paulo, que reuniu cerca de 300 estudantes para protestar contra o aumento da tarifa do ônibus prometia ser pacífica.

Por volta das 17h, uma passeata deixou frente do Teatro Municipal e percorreu as ruas do centro histórico com apitos, instrumentos de percussão, narizes de palhaço, faixas e palavras de ordem. Os manifestantes distribuíram ainda panfletos à população alertando que o aumento de R\$ 2,30 para R\$ 2,70 (17,4%), definido pelo prefeito Gilberto Kassab, e válido desde o dia 4 de janeiro de 2010, além de superior à inflação do período – na casa dos 15% -, coloca a passagem paulistana como a segunda mais cara do País.

O clima tranquilo, porém, mudou quando o grupo se aproximou do Terminal Parque Dom Pedro, um dos mais movimentados da capital. Como já acontecera em outros atos públicos, a marcha foi recebida por policiais militares munidos de cassetetes, balas de borracha, gás de pimenta e bombas de efeito moral, em mais um belo exemplo do apreço do governo José Serra pelo diálogo com os movimentos sociais.

Mulher é detida após chamar ação da PM de fascistaNo início da noite, um espetáculo deprimente tomou conta das ruas próximas. Mesmo após a dispersão das pessoas presentes na manifestação, soldados da PM lançavam bombas contra a passarela de acesso ao local e em pontos de ônibus na rua 25 de Março, atingindo mesmo quem não tinha qualquer ligação com o protesto.

Da mesma forma que ocorreu no primeiro semestre de 2009, quando a polícia militar foi convocada para acabar com a mobilização de estudantes em apoio aos funcionários em greve da USP, a ordem parecia ser exterminar qualquer sinal de enfrentamento, como ficou claro quando uma mulher recebeu uma 'gravata' de um policial e foi jogada dentro de um camburão após chamar os soldados ali presentes de fascistas.

Roberta exibe os ferimentos “Estávamos fazendo um protesto pacífico, queríamos apenas panfletar, levar informação às pessoas que utilizam os ônibus, mas a PM já chegou batendo quando tentamos entrar no terminal”, contou a estudante Roberta Costa, 23, uma das pessoas que exibia marcas roxas e feridas nos braços e pernas, após ser atingida por golpes de cassetete e balas de borracha.

Com o fim da confusão, a população que presenciou a atuação dos agentes da segurança pública aplaudiu ironicamente os policiais que caminhavam rumo à entrada do terminal. O comando da operação não informou o número de detidos, mas estima-se que ao menos três pessoas tenham sido detidas e levadas ao 1º DP, na Sé.

Em breve, o clima pode esquentar mais uma vez. O governo José Serra prevê anunciar o aumento das tarifas dos trens e metrô da CPTM já no próximo mês.

Terceirização (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por Paula Brandão

PL alternativo construído pela CUT, demais centrais e governo será encaminhado à Casa Civil com pedido de urgência, afirma Lupi

Reunião em Brasília O anteprojeto de lei sobre terceirização, elaborado pela CUT em conjunto com as demais centrais e governo, foi entregue ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, nesta terça-feira (5) em reunião em Brasília. O ministro se comprometeu com as centrais a encaminhar o texto à Casa Civil com pedido de urgência.

O PL foi produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) de caráter bipartite composto pelas centrais sindicais e Secretaria de Relações do Trabalho do MTE. O acordo se deu após pressão da CUT e das centrais durante a 6ª marcha da Classe Trabalhadora, para que as negociações do GT criado em 2009 fossem retomadas, mas com a finalidade de construir uma proposta alternativa aos projetos sobre terceirização que tramitam no Congresso. As negociações tinham sido interrompidas sob argumento de que não havia possibilidade de consenso entre MTE, centrais e empresários para nenhum dos projetos.

Representando a CUT estiveram presentes à reunião Quintino Severo, Secretário-Geral nacional, e a Secretária Nacional de Relações de Trabalho, Denise Motta Dau.

CUT participa de reunião “A CUT considera o anteprojeto uma alternativa viável comparado aos projetos que tramitam atualmente, que propõem a regulamentação da terceirização de formas muito divergentes, e que não obtiveram consenso entre trabalhadores e empresários”, afirma Denise. “O PL elaborado pelo GT é um avanço para coibir a terceirização, prática que é hoje uma das principais formas de precarização das relações de trabalho no Brasil”.

O texto do PL será encaminhado pela Casa Civil ao Congresso Nacional. Entre os principais pontos estão a responsabilidade solidária, a proibição da terceirização na atividade-fim e a exigência da comprovação de obrigações trabalhistas junto às empresas tomadoras de serviços.

“Este anteprojeto é uma das primeiras conquistas da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, portanto, é hora de intensificarmos a luta por uma regulamentação que de fato coíba a terceirização e estipule critérios”, afirma Quintino.

Projetos sobre terceirização que tramitam no Congresso

O PL 4302/1999 de Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e o PL 4330/2004 de Sandro Mabel (PL-GO) alteram negativamente as relações de trabalho no Brasil, pois não apontam para a democratização e muito menos para a melhoria dessas relações. O Projeto de FHC prevê a ampliação da terceirização para o setor público, libera a terceirização na atividade fim da empresa, não garante direitos iguais entre os trabalhadores terceirizados e os trabalhadores contratados diretamente pela empresa e ainda amplia o prazo do trabalho temporário no Brasil para até um ano.

O de Mabel segue a mesma linha do de FHC, só que em vez de trabalho temporário, propõe a regulamentação das relações contratuais que envolvem a terceirização, isentando empregadores de qualquer responsabilidade com os direitos dos trabalhadores.

Já o PL 1621/07, elaborado pela CUT com o deputado Vicentinho (PT-SP), faz frente a todos os projetos que tentam regulamentar a terceirização por meio da liberação e não da coibição, pois trata a regulamentação da terceirização com igualdade de direitos e proibição da terceirização na atividade fim.

Contraf-CUT (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por Contraf-CUT

Entidade lança abaixo-assinado para melhoria da saúde na Caixa

A Contraf-CUT lançou nesta quinta-feira (7), abaixo-assinado para a diretoria da Caixa Econômica Federal, como parte das estratégias propostas no calendário de luta dos empregados da Caixa, conforme deliberado no encontro nacional dos dirigentes sindicais, realizado em São Paulo, no dia 18 de dezembro.

O documento reivindica "a criação de estruturas em cada estado para cuidar especificamente do Saúde Caixa e da saúde do trabalhador, desvinculada da Gipes (gerência de pessoal de filial) e subordinada diretamente à Gesad (Gerência Nacional de Saúde)".

"A proposta foi aprovada no último Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef) e visa corrigir diversos problemas enfrentados pelos bancários tanto no convênio médico quanto na relação com os programas de saúde. Segundo a proposta dos bancários, as novas estruturas deverão estar vinculadas diretamente à área de saúde da Matriz", lembra o texto.

"O que consta na cláusula sobre Saúde Caixa do Acordo Coletivo Aditivo não vem sendo cumprido pela Caixa desde 2008, pois o plano apresentou superávit da ordem de R\$ 9 milhões em 2007 e de R\$ 21 milhões em 2008, representando um aporte de 32% e 36%, respectivamente, por parte dos empregados", afirma Plínio Pavão, secretário de saúde da Contraf-CUT e funcionário do banco.

"O Saúde Caixa apresenta ainda uma série de outros problemas, tais como deficiência no atendimento e falta de estrutura que trazem consequências graves e problemas de gestão. Além disso, o contingenciamento inviabilizou o trabalho do Conselho de Usuários", conclui Plínio.

Após preenchidos, os abaixo-assinados deverão ser remetidos para Contraf/CUT (EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília/DF - CEP 70.38-400) a/c de Eliane. Não há data limite para a coleta de assinaturas, porém é importante que haja agilidade no trabalho.

Licença-maternidade ampliada para as bancárias é realidade (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por Sindicato dos Bancários de São Paulo

Bancos precisam agora cumprir compromisso assumido na Convenção Coletiva da categoria

Todas as bancárias gestantes têm direito à licença-maternidade ampliada de seis meses. O fato foi consumado graças à luta da categoria, que foi às ruas na Campanha Nacional 2009 para garantir o benefício e depois da publicação do Decreto nº 7.052, que regulamentou a Lei nº 11.770, que cria o Programa Empresa Cidadã.

As bancárias que já enviaram carta ao RH da instituição financeira em que trabalham devem cobrar do departamento a ampliação do período em que ficarão com seus filhos. Esse requerimento tem de ser feito em até 30 dias após o parto. Segundo a lei, em casos de adoção ou guarda judicial, a mãe também poderá ampliar seu período em casa ao lado do filho por 60 dias, quando se tratar de criança de até 1 ano de idade; por 30 dias, no caso de criança a partir de 1 ano até 4 anos de idade completos; e por 15 dias, quando a criança tiver de 4 anos até 8 anos de idade.

No decorrer do ano passado, o Sindicato cobrou e diversas instituições se comprometeram a aderir o programa. A ampliação da licença-maternidade também está prevista na Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários. "Agora que o decreto foi publicado, os bancos têm de colocar em prática o compromisso que assumiram com o Sindicato. A ampliação é fundamental para a saúde das crianças e também para toda a sociedade, já que esses bebês serão adultos mais fortes", diz a secretária-geral do Sindicato, Juvandia Moreira. É importante destacar que o banco que fizer sua

adesão ao Empresa Cidadã poderá deduzir do imposto devido o total da remuneração da funcionária pago no período de prorrogação da licença-maternidade.

Fale com o Sindicato - Juvandia alerta que diante de qualquer dificuldade imposta pela instituição financeira no requerimento da ampliação da licença-maternidade, a bancária deve entrar imediatamente em contato com a Secretaria Geral do Sindicato. "Já atendemos casos de trabalhadoras que alegaram ter seu pedido negado. Entramos em contato com a direção do banco, e a situação foi resolvida sem qualquer problema. E é assim que tem de ser. A lei está valendo, o programa foi renovado, está previsto no orçamento da União de 2010 e a CCT da categoria bancária garante. Ou seja, os bancos têm de respeitar", diz Juvandia. "Estamos à disposição das trabalhadoras para ajudar a defender essa nova conquista." Para entrar em contato com a Secretaria Geral do Sindicato, envie mensagem para sgeral@spbancarios.com.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email .

Rio Grande do Sul (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por CUT-RS

Fórum Social Mundial é pauta da primeira reunião da CMS em 2010

Cerca de 50 pessoas participaram, na tarde de terça-feira, dia 5, da reunião da Coordenação dos Movimentos Sociais, realizada no auditório da sede da CUT-RS. O assunto principal da pauta foi a 10ª edição do Fórum Social Mundial.

Os representantes dos diversos movimentos presentes na reunião acertaram detalhes para a caminhada de abertura do FSM, que acontecerá no dia 25. E às 10h dia 29 será realizada a I Plenária dos Movimentos Sociais, na Usina do Gasômetro.

O presidente da CUT-RS, Celso Woyciechowski, ressaltou a importância da unidade dos Movimentos Sociais na retomada da agenda política de 2010. "Essa reunião bastante representativa demonstra a unidade no desafio da construção de uma agenda de enfrentamento das políticas neoliberais", declarou.

Durante o FSM, a CUT e as demais centrais sindicais irão promover quatro seminários sobre o mundo do trabalho: "Crise mundial do capitalismo e perspectivas do movimento sindical", "Trabalho decente e pacto mundial pelo emprego", "Práticas antisindicalistas" e "Agenda mundial dos trabalhadores". Woyciechowski acredita que no Fórum o desafio é construir uma agenda que enfrente a crise econômica e ambiental que o mundo está vivenciando: "precisamos apontar para a construção de um projeto sustentável com inclusão social".

Para o secretário de Comunicação da CUT-RS, Paulo Farias, o Fórum é um encontro de organizações sociais que desde 1999 se encontram, uma vez por ano, para mudar o mundo. "Podemos sentir o impacto que o FSM teve na América Latina nesses 10 anos. Os países que conquistaram um governo democrático representam os frutos do Fórum, a nossa luta por mudanças, para acabar com a política neoliberal", acredita Farias. Outro destaque feito pelo dirigente é a importância da capital gaúcha voltar a sediar o evento: "Porto Alegre é a capital mundial do FSM".

No ano que comemora 10 anos, além de Porto Alegre, diversas cidades da região metropolitana irão sediar atividades que integram a programação do Fórum.

Indicativo de greve (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por CUT-RO

Por atraso de salários e benefícios, vigilantes da Vigher (RO) podem paralisar atividades

Em reunião realizada nesta quarta-feira (6), na sede da Central Única dos Trabalhadores de Rondônia (CUT-RO), a diretoria do Sindicato dos Vigilantes (Sintesv) informou sobre a grave situação dos funcionários da empresa de vigilância Vigher, que estaria descumprindo vários direitos trabalhistas, inclusive atrasando pagamento de salários e 13º salário. Os vigilantes da Vigher poderão iniciar greve a partir da próxima segunda-feira (11), se não houver uma solução imediata do problema.

Durante a reunião, os diretores do Sintesv relataram para a CUT que, além do atraso de salários e décimo, a Vigher estaria atrasando pagamento de vale alimentação, vale transporte, atraso na concessão e pagamento das férias vencidas e ainda atraso na concessão e pagamento de cursos de reciclagem. Outra grave denúncia dos trabalhadores

seria sobre o recolhimento do FGTS e do INSS, que estaria sendo feito irregularmente de forma a burlar o sistema de controle dos Órgãos Federais para se conseguir certidões.

A categoria já deliberou em assembléia geral pela realização de greve, que deverá ter início na próxima segunda-feira (11). O Sintesv solicitou e recebeu o apoio da CUT, que participará de todas as reuniões e audiências sobre o problema; bem como, dará todo apoio à greve da categoria.

REUNIÃO

Com o objetivo de informar os vigilantes sobre o andamento das negociações com Vigher e de organizar a greve a partir do dia 11, o Sintesv está convocando todos os vigilantes da empresa para reuniões que serão realizadas na Sede do Sindicato nesta sexta-feira (8) e sábado (9), às 9 horas da manhã.

País registra o menor número de falências desde 2005, aponta Serasa (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por Portal do PT

O número de falências decretadas em 2009 foi o mais baixo desde a promulgação da Nova Lei de Falências, em junho de 2005. Ao todo, foram 908 decretos em todo o País, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações divulgado nesta quinta-feira (7).

Segundo a Serasa, contribuíram para esse resultado a recuperação econômica, iniciada em março de 2009, e o crescimento da economia brasileira a partir do último trimestre do ano. O levantamento mostrou ainda que menos microempresas faliram em 2009. As falências decretadas de microempresas totalizaram 831 ocorrências, representando 91,5% do total de todos os portes, o mais baixo percentual desde 2005.

Índios e servidores da Funai de Pernambuco vão a Brasília lutar contra extinção do órgão (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por Sindsep-PE

Com o objetivo de articular a mobilização contra a extinção da Funai Pernambuco que será realizada a partir próxima semana, em Brasília, servidores do órgão, representantes sindicais e lideranças indígenas das 11 etnias do estado, se reuniram na tarde desta quarta-feira, dia 6 janeiro, na sede do Sindsep-PE.

No encontro ficou definido que um ônibus e uma van farão o transporte dos manifestantes até Brasília. Os servidores da Funai estão articulando mais um ônibus para contribuir com a mobilização.

O grupo contará com recursos doados pela Associação Nacional dos Servidores da Funai (Ansef), pela prefeitura de Carnaubeira e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. O Sindsep-PE também dará a sua contribuição. Alimentos, dinheiro e combustível serão distribuídos com os manifestantes.

A expectativa é que cerca de 500 índios do Estado participem dessa mobilização em Brasília contra a extinção da Funai.

DECRETO

Sob a alegação de reestruturar a Funai em todo Brasil, o decreto 7056 extinguiu 44 administrações executivas e 337 pólos indígenas. No mesmo documento, foram criadas cinco coordenações regionais. O estado de Alagoas ficou com a sede da região nordeste.

Comerciários de Osasco e Região realizam 1º Encontro da Juventude Comerciária (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por Adriana Franco - Contracs

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região realizará no dia 31 de janeiro o 1º Encontro da Juventude Comerciária.

O intuito é reunir 300 pessoas para debater a importância e o papel dos jovens no comércio, já que o crescimento dos jovens no ramo é muito alto.

Além de contar com a participação do Secretário de Juventude da Contracs, Alexandre da Conceição do Carmo, o evento também contará com a presença de Luciana Chagas, secretária da juventude da CUT São Paulo.

Serviço: 31/01/2009 às 9h

Clube dos Comerciantes - Rua Laura Josefa dos Santos, 400 - Pq Jandira - Carapicuíba

Informações: (11) 4198-4604

Câmara analisa PEC que aumenta estabilidade de trabalhadora gestante (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por Agência Câmara

A Câmara analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 397/09, do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), que proíbe a demissão arbitrária ou sem justa causa da trabalhadora gestante, desde a confirmação da gravidez até doze meses após o parto.

Atualmente, essa estabilidade provisória é garantida da confirmação da gravidez até o quinto mês após o nascimento do bebê. A norma está prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Para o autor, os cinco meses de estabilidade no período pós-gestação são insuficientes para garantir a tranquilidade necessária à mãe, que, muitas vezes, é a responsável pelo sustento da família. Segundo ele, sem a garantia do vínculo empregatício, a trabalhadora dificilmente conseguiria se manter no emprego ou ser reinserida no mercado de trabalho.

"A maternidade é fato social tão relevante que a sua ocorrência deve gerar imediatamente, por parte do Estado, a tutela legal necessária para garantir à empregada grávida ou à mãe todas as condições para viver esse momento com segurança", disse Resende.

De acordo com o autor, o aumento do período de estabilidade da gestante também beneficia a criança, que será mais bem amparada no seu primeiro ano de vida. "Nessa etapa, as crianças precisam de cuidados constantes, principalmente quanto à amamentação", afirmou.

Tramitação

A PEC terá a sua admissibilidade analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovada, será examinada por uma comissão especial a ser criada especificamente para esse fim. Depois, seguirá para o Plenário, onde será votada em dois turnos.

Planos de saúde dos servidores terão contrapartida baseada em salário e idade (CUT Nacional) 07/01/2010

Escrito por William Pedreira

O Diário Oficial da União (DOU) do dia 30 de dezembro publicou uma Portaria Conjunta que estabelece uniformidade no reembolso dos planos de saúde dos servidores federais. A Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) vinha lutando para que a contrapartida nos planos de saúde fosse aumentada pelo governo. Antes, o Executivo pagava um valor único de R\$65 a todos os servidores. Agora os reembolsos ficam entre R\$ 72 e R\$ 129 sendo levado em conta o salário e idade do servidor. Com a nova portaria aquele com menor salário e mais idoso vai receber um valor superior ao que recebe maior salário e é mais jovem. Veja aqui a tabela.

A Secretaria de Recursos Humanos (SRH) informou ainda que o benefício da assistência médico-odontológica foi universalizado para todos os servidores federais e transformado em despesa orçamentária obrigatória. Os novos valores estão vigorando desde o de 1º de janeiro de 2010.

Busca por reajustes melhores continua - Apesar de considerar um avanço a garantia de formas mais justas para avaliar a contrapartida nos planos de saúde, a Condsef acredita que o governo pode garantir reajustes melhores aos servidores.

"Vamos continuar defendendo a ampliação dessas contrapartidas", adiantou Sérgio Ronaldo da Silva, diretor da Condsef.

A entidade também quer dialogar com as direções dos planos que atendem servidores e suas famílias. O objetivo é buscar a redução ou mesmo eliminação dos valores que os servidores precisam desembolsar ao utilizar procedimentos simples e corriqueiros como consultas e exames. "Já que os planos passarão a receber mais com o reajuste nas contrapartidas do governo, nada mais justo que as parcelas cobradas direto do servidor sejam reduzidas ou até mesmo eliminadas", argumentou Sérgio Ronaldo.

| SITES PESQUISADOS |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

